

RELATÓRIO DE GESTÃO & CONTAS 2016



AGÊNCIA NACIONAL
DE INOVAÇÃO

ÍNDICE

ECOSYSTEM ACTIVISTS	2
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6
NOTA DE ABERTURA	8
RESUMO DA OPERAÇÃO EM 2016.....	26
RELATÓRIO ANUAL AUTÓNOMO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO	48
CONTAS DE 2016.....	68
ANEXO ÀS CONTAS DE 2016.....	77
Parecer do Fiscal Único.....	111
Certificação Legal das Contas.....	112

ECOSYSTEM ACTIVISTS

“ECOSYSTEM ACTIVISTS”

Apesar da evolução registada nos últimos anos, Portugal apresenta ainda défices estruturais de competitividade e de qualificações, com uma estrutura produtiva de baixa e média-baixa intensidade tecnológica e um número diminuto de empresas envolvidas em atividades de I&D.

A convergência com a União Europeia (UE) terá de ser assente na inovação e no conhecimento, bases para o desenvolvimento de atividades com maior valor acrescentado e crescimento económico sustentado. No entanto, a especialização de Portugal encontra-se ainda no início da cadeia de valor de inovação, com algum destaque para a capacidade de produção de conhecimento científico, mas com limitações estruturais na vertente de transferência e apropriação com valor desses resultados pela economia.

Portugal, não obstante ser ainda uma economia moderadamente inovadora (de acordo com o EIS - European Innovation Scoreboard 2016), tem apresentado níveis assinaláveis de evolução do desempenho em inovação. A performance de inovação do país evoluiu positivamente na última década, em especial no período 2005-2011, tendo sido o Estado Membro da UE que mais convergiu com a média europeia (subindo sete lugares no ranking europeu de inovação nesse período). Após um período de alguma divergência, voltamos a acelerar: há um par de anos fomos o país da UE28 com a melhor performance em inovação e temos hoje em dia um desempenho 80% superior à média europeia.

Um dos principais desafios em que o país se tem empenhado é o de inverter a tendência de desinvestimento em I&D registada nos últimos anos. Esta queda está praticamente estancada, sendo que, no sector empresarial – apesar do desfasamento face à média europeia – o investimento em atividades de I&D está em franca recuperação e aproxima-se já dos valores registados em 2010.

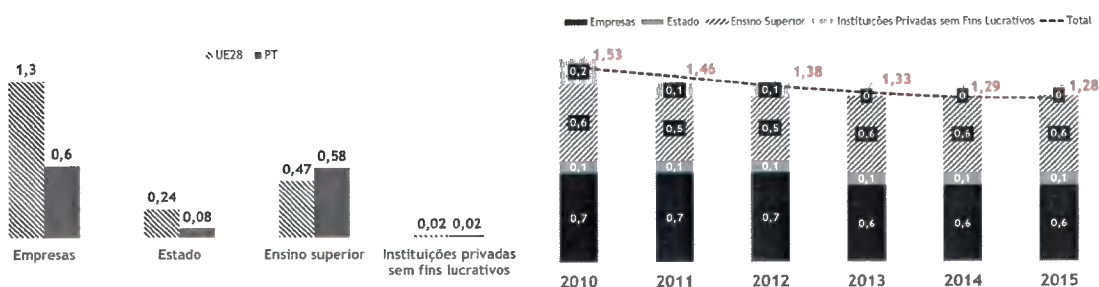


Figura 1: Despesa em I&D por setor de execução (em % do PIB)

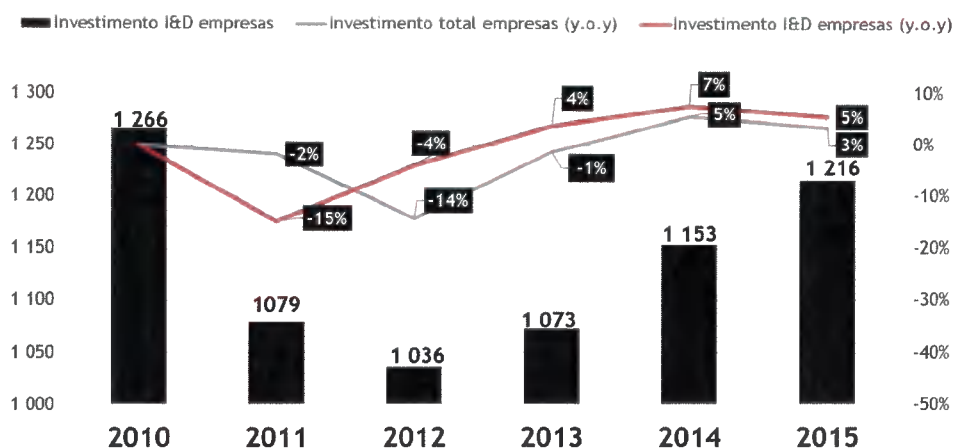


Figura 2: Evolução Investimento em I&D setor empresarial

E se olharmos para os fortíssimos números da procura pelos instrumentos de financiamento do Portugal 2020, ou ao êxito da participação nacional no programa quadro Horizonte 2020, a perspetiva é de um forte aumento desta tendência.



Figura 3: Procura Incentivos Financeiros I&D Colaborativa: 1ªs concursos QREN vs. 1ªs e 2ªs concursos PT 2020

De facto, a procura pelos incentivos financeiros à I&D colaborativa entre empresas e entidades do SCTN vem aumentando a taxas muito significativas. Os primeiros concursos do Portugal 2020 registaram cerca de 3 vezes mais candidaturas que os concursos homólogos do QREN, e os segundos concursos do Portugal 2020 voltam a dobrar a procura relativamente aos primeiros concursos deste programa.

Portugal necessita igualmente de potenciar o seu desempenho ao nível dos outputs resultantes das atividades de I&D e inovação. No campo da propriedade intelectual – apesar de se verificar um

crescimento nos últimos anos – existe um claro desfasamento face à média europeia (seja no registo e proteção de direitos, seja nos proveitos gerados pela comercialização dos mesmos).

Por último, mas não menos importante, é a necessidade de atração de investimento direto estrangeiro para investimento qualificado e produtivo, intensivo em conhecimento e inovação, essencial para um crescimento económico sustentável.

Nesta área, a capacidade de I&I de Portugal tem sido reconhecida e alvo de confiança a nível internacional. Seja através estudos e inquéritos¹, que apontam para um crescimento das intenções de investimento e colocam a área do I&D no topo dos fatores de atratividade, seja pela capacidade do País de atrair eventos de escala global na área da inovação e do empreendedorismo, como o *Web Summit*, seja, sobretudo, pela capacidade de atração de projetos empresariais estratégicos que vêm reconhecer que Portugal dispõe da escala, das competências, e do contexto adequado para testar e desenvolver soluções inovadoras e orientadas para mercados globais. Em 2016 destacam-se, entre muitos outros, a abertura primeiro centro de inovação da Huawei (que pretende ser uma ponte com a indústria e as empresas portuguesas para a tecnologia e a indústria 4.0), o Vodafone *TV Hub* (que pretende instalar em Portugal o centro de desenvolvimento na área da televisão de nova geração) e o *Global Delivery Centre da Altran* (que teve um reforço de investimento em 2016 ligado ao *Big Data* e à indústria 4.0).

Face ao exposto, será seguro afirmar que o sucesso do sistema I&I nacional passa por: i) aumentar o número de empresas e de instituições envolvidas em atividades de I&D a nível nacional e internacional; ii) capacitar as empresas para identificar e absorver o conhecimento e tecnologias, integrando-as no seu processo de inovação; iii) promover a articulação entre as empresas e as entidades do sistema de I&D, nomeadamente as entidades de interface, estimulando a valorização, transferência e aplicação dos resultados das atividades de I&D. Neste mesmo sentido aponta o estudo da OCDE sobre Portugal² que recomenda vivamente o reforço das ligações entre a investigação e o setor empresarial.

É neste contexto que a ANI se posiciona como “Ecosystem Activist” procurando ativar o ecossistema de empreendedorismo e inovação e as várias “interfaces” entre o conhecimento e o mercado, induzindo dinâmicas colaborativas de inovação que permitam reforçar a transferência do conhecimento para o tecido empresarial.

¹ EY Attractiveness Survey 2016

² OCDE –Economic Survey Portugal 2017

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6
NOTA DE ABERTURA	8
CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA.....	10
Missão	10
Visão	10
Modelo de Governança: Órgãos Sociais	11
Resumo da Estratégia	16
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	18
Indicadores Operacionais	18
Indicadores de Gestão	19
Atividade desenvolvida ao longo de 2016	20
Perspetiva e Desenvolvimento Estratégico em 2017	24
Proposta de Aplicação de Resultados	25

NOTA DE ABERTURA

O ano de 2016 foi francamente positivo para a ANI e encerrou, definitivamente, um capítulo atípico na história da empresa. Reforçamos o portfólio de instrumentos e medidas de apoio disponibilizados ao mercado, aceleráramos o processo de reestruturação interna e reforçamos a equipa com um conjunto de competências que muito contribuiu para os resultados que nos orgulhamos de apresentar.

Em termos consolidados, o volume de apoios a empresas e entidades do SCTN foi de 354M€, uma marca verdadeiramente histórica. Não apenas por representar um crescimento de quase 30% relativamente ao ano anterior, mas também por ultrapassar – pela primeira vez na última década e por margem muito folgada – a barreira dos 300M€.

O reforço do foco no cliente – com o objetivo de alargar, qualificar e capacitar a procura dos incentivos nacionais e internacionais à I&D empresarial – registou um aumento das ações de promoção da I&D superior a 50% face a 2015, e permitiu que fossem abertos concursos para todos os instrumentos sob gestão da ANI, o que significa que as empresas têm hoje um portefólio de instrumentos de apoio mais relevante e completo na cobertura da cadeia de valorização do conhecimento.

Esta estratégia apresenta resultados muito interessantes. A procura aumenta – mais do que duplica nos instrumentos do Portugal 2020 – registam-se 300 novas empresas a concorrer aos programas de apoio à I&D empresarial, e as taxas de aprovação de candidaturas aumentam em todo o portefólio. A crescente internacionalização do nosso sistema permitiu que, em 2016, fosse ultrapassada a barreira dos 100M€ de financiamento captado por empresas portuguesas no programa-quadro Horizonte 2020.

Por outro lado, 2016 foi caracterizado pelo forte investimento na criação das condições necessárias ao processo de reestruturação, requalificação e redimensionamento da empresa. Esta transformação organizacional visa, na sua essência, capacitar a ANI das ferramentas certas para responder aos múltiplos desafios e níveis de competência que a persecução da sua missão impõe. Destacamos a aprovação de 2 candidaturas no âmbito do sistema de apoio à modernização e capacitação da administração pública (SAMA2020), a integração de cerca de 30 novos colaboradores, contratados no final de 2015, e em simultâneo, e a garantia, já no final do ano, da disponibilidade de novas instalações para a sede da empresa, no Porto, que lhe permitem garantir a continuidade do crescimento da equipa.

Ao longo do ano foi ainda possível prosseguir um conjunto de outras atividades que reforçam o posicionamento da ANI na promoção, capacitação e internacionalização do Sistema I&I nacional.

Primeiro ponto de reforço foi o perfil de *advisor* às tutelas ministeriais: destacamos a colaboração com o Ministério da Economia no desenho de um programa de apoio e articulação das Infraestruturas Tecnológicas (instituições de interface entre as entidades do ensino superior e as empresas), que se iniciou através de um processo de levantamento da realidade e necessidades das entidades existentes ou entidades cuja criação esteja prevista. Prevê-se o anúncio público deste programa no primeiro semestre de 2017.

De destacar também a colaboração com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior no âmbito do apoio prestado ao Programa de Modernização e Valorização do Ensino Politécnico, que visa reforçar e valorizar o impacto dos institutos politécnicos na sociedade e na economia do País.

Segundo ponto de reforço, já no panorama internacional, foi o regresso da ANI à TAFTIE – Associação Europeia das Agências de Inovação, a participação, enquanto parceiro, na organização da *XXVII ISPIM Innovation Conference*, evento que contou com mais de 400 participantes de 50 países, e a consolidação da sua função de gestão e promoção dos programas EUREKA/EUROSTARS.

Merece igual nota de destaque a aposta no reforço da atividade dos serviços especializados de apoio e dinamização das atividades de inovação das empresas e empreendedorismo de base tecnológica, que foi alavancada com a aprovação de mais de 1M€ de financiamento comunitário, que irá permitir à empresa apoiar mais e melhor a capacitação do SI&I.

No âmbito do empreendedorismo e *tech transfer*, realça-se o apoio à organização do concurso de Ideias *Born from Knowledge*, uma iniciativa do MCTES, através da SECTES, que visa premiar e divulgar as ideias concebidas por estudantes de ensino superior e investigadores em pós-doutoramento que demonstrem criatividade, potencial de inovação e viabilidade económica.

Abre-se assim um novo capítulo na história da empresa. Confortados com a validade das estratégias adotadas, continuaremos a investir no reforço de competências e na infraestrutura de gestão para que, suportados em maior solidez operacional, possamos consolidar o posicionamento ambicionado, reforçar e diversificar o portfólio de iniciativas de apoio à valorização do conhecimento e enfrentar com redobrada confiança os desafios do futuro.

O Conselho de Administração:



(José Carlos Caldeira) (Paulo Sá e Cunha) (Miguel Barbosa)

CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A ANI – Agência Nacional de Inovação, S.A. resulta do reposicionamento da AdI – Agência de Inovação, Inovação Empresarial e Transferência de Tecnologia S.A, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, constituída por escritura pública no ano de 1993.

A ANI mantém natureza societária da sua antecessora e encontra-se na dependência, respetivamente, do membro do Governo responsável pela área da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do membro do Governo responsável pela área da Economia que, sem prejuízo dos poderes conferidos por lei ao membro do Governo responsável pela área das Finanças, assumem em articulação o exercício das competências legalmente atribuídas à tutela sectorial, através da participação acionista, paritária, da FCT I.P. e do IAPMEI I.P., no capital social da empresa.

A empresa tem um capital social, no valor de 5.176.376,50 euros, e integra a noção de empresa pública detida de forma indireta, estando sujeita ao âmbito de aplicação subjetivo do Decreto-Lei n.º 113/2013, de 7 de agosto - Regime do Sector Público Empresarial do Estado (RJSPE).

Missão

Promover o reforço da competitividade nacional através da valorização e comercialização do conhecimento científico e tecnológico e a sua transformação em crescimento económico.

Neste contexto, e de acordo com o definido pelos Estatutos, a ANI tem como objeto:

- Reforçar a transferência do conhecimento para o tecido económico;
- Aumentar a participação das entidades não empresariais do Sistema I&I (ENE SI&I) e empresas nas redes internacionais de I&I;
- Reforçar o investimento empresarial em I&I;
- Promover um ambiente social favorável ao empreendedorismo tecnológico.

Visão

Ser a referência de credibilidade e de excelência no Sistema Nacional de Inovação, assumindo o papel de maior relevância possível na coordenação política e estratégica da cadeia de valorização e comercialização do conhecimento.

Ser reconhecida, em Portugal, como o HUB para a inovação tecnológica, permitindo não apenas o acesso a financiamento, mas igualmente toda uma rede de serviços e parceiros especializados.

No plano internacional, afirmar-se nos próximos 5 anos, como *gateway* único e privilegiado para as redes de conhecimento e para os ecossistemas heterogêneos que caracterizam os Sistemas de Inovação em cada país.

Modelo de Governação: Órgãos Sociais

Atento à abrangência temática e à ambição que confiou à ANI, decidiu o Governo dotar a empresa de um modelo de governação que lhe permita assumir uma posição central no diálogo estratégico ciência-economia e, consequente, de absoluta paridade ao nível dos organismos que operam a ação governativa nestas duas áreas.

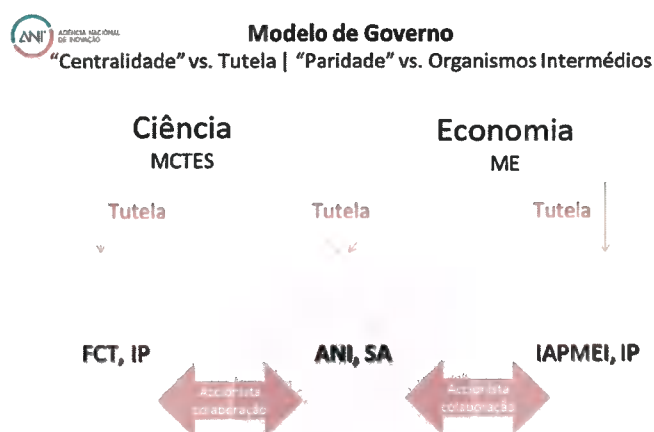


Figura 4: Modelo de Governação da ANI

O modelo de governo apresentado na figura anterior procura sublinhar a dependência tutelar sectorial partilhada – e estrategicamente alinhada – entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Ministério da Economia.

De acordo com os estatutos da empresa, são órgãos sociais da ANI a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Consultivo, e o Fiscal Único. A figura seguinte representa o modelo delineado

para o relacionamento entre os diferentes órgãos e garante o alinhamento necessário entre os acionistas e tutelas sectoriais.

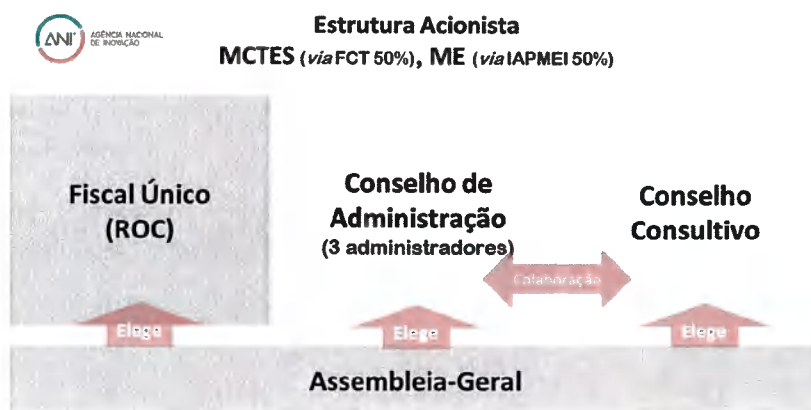


Figura 5: Estrutura Acionista e Órgãos Sociais da ANI

Assembleia Geral

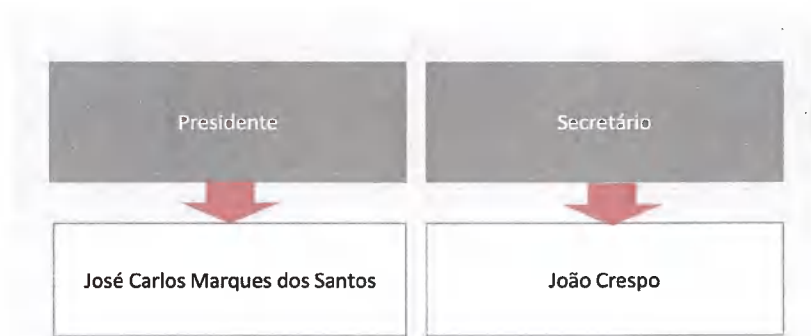


Figura 6: Composição da Mesa da Assembleia Geral

Conselho de Administração

A ANI é gerida por um Conselho de Administração (CA), composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral. O Conselho de Administração tem os mais amplos poderes de representação da Sociedade, competindo-lhe a definição da orgânica interna e elaboração dos respetivos regulamentos, determinando a orientação da atividade da Sociedade, autorizando as operações relativas ao seu objeto, representando-a em juízo ou fora dele, constituindo mandatários com os poderes que entender, e desempenhando as demais funções que por lei ou pelos estatutos da Sociedade lhe sejam cometidas.

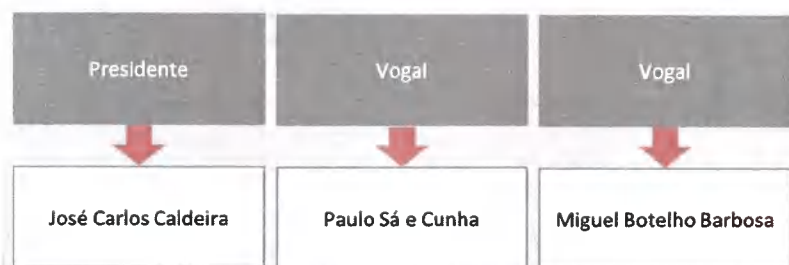


Figura 7: Composição do Conselho de Administração

Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo acompanha e apoia a atividade do CA, e é constituído por um número par de personalidades, provenientes em números iguais da comunidade científica e empresarial, incluindo ainda um representante de cada um dos acionistas.

Os elementos que compõem o Conselho Consultivo são escolhidos pela Assembleia Geral, e a sua função é aconselhar o Conselho de Administração sobre as opções da Sociedade, emitindo pareceres não vinculativos, designadamente, sobre o plano de atividades e orçamento, e o relatório de gestão e contas, ambos a apresentar à Assembleia Geral, e ainda sobre outras questões que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

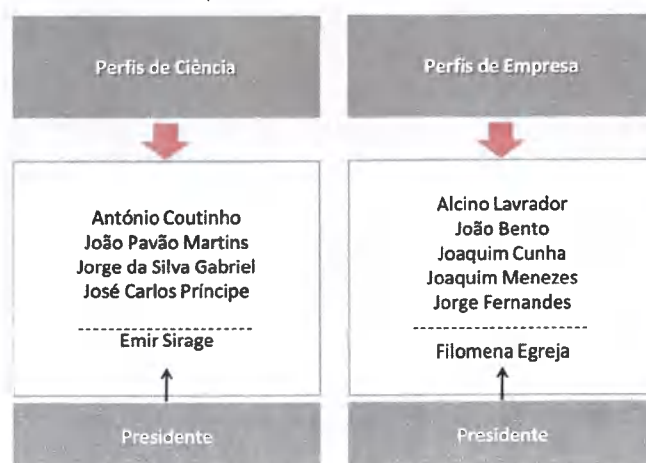


Figura 8: Composição do Conselho Consultivo

Órgão de Fiscalização – Fiscal Único

Entenderam os acionistas que a manutenção da figura do Fiscal Único se justifica atendendo à dimensão da sociedade, ao reduzido número de administradores e por não ser incompatível com o previsto no artigo 33.º do DL 133/2013, porquanto a designação do Fiscal Único tem cobertura legal no CSC.

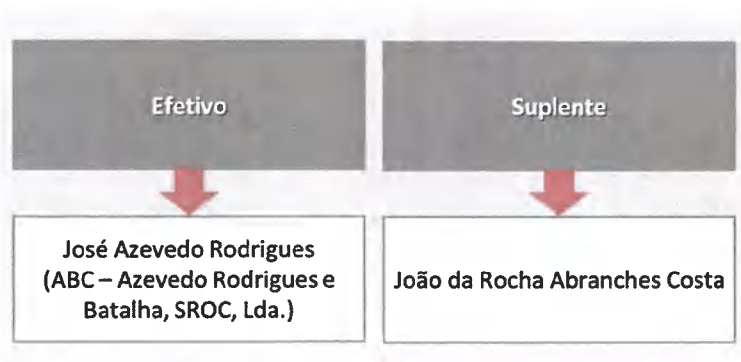


Figura 9: Composição do Órgão de Fiscalização

Estrutura Orgânica

A estrutura organizacional da ANI procura maximizar a capacidade de resposta no desempenho das funções asseguradas pela empresa, tendo por base as seguintes orientações determinadas pela gestão:

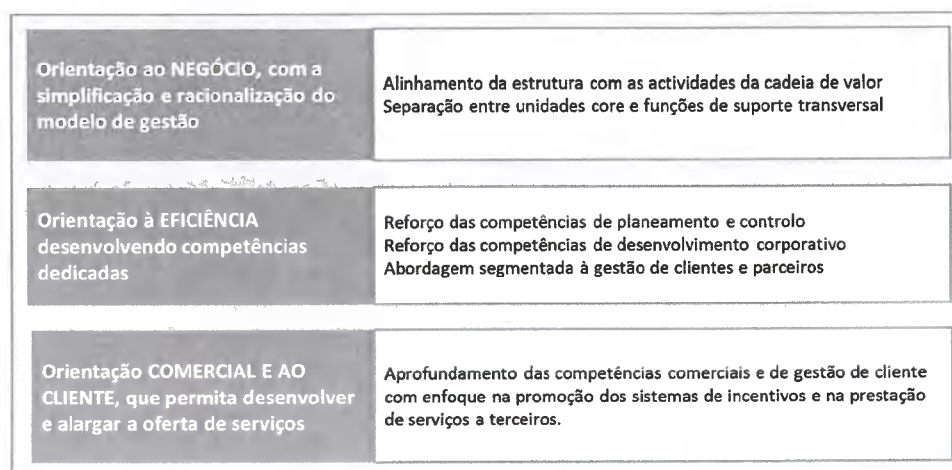


Figura 10: Orientações determinadas pela gestão e impacto na empresa

O modelo de organização interna da ANI, representado na macroestrutura apresentada na figura seguinte, prevê 5 direções: 3 grandes áreas de negócio (Gestão de Incentivos, Projetos e Internacionalização, e Políticas e Promoção da Inovação) e 2 áreas corporativas ou de suporte (Estratégia

Corporativa e Apoio Logístico). As 3 áreas de negócio, compreendem um conjunto de unidades de negócio que irão apoiar empresas e outras entidades, numa perspetiva de “front office” da ANI para o exterior. As áreas corporativas incluem igualmente um conjunto de unidades especializadas.

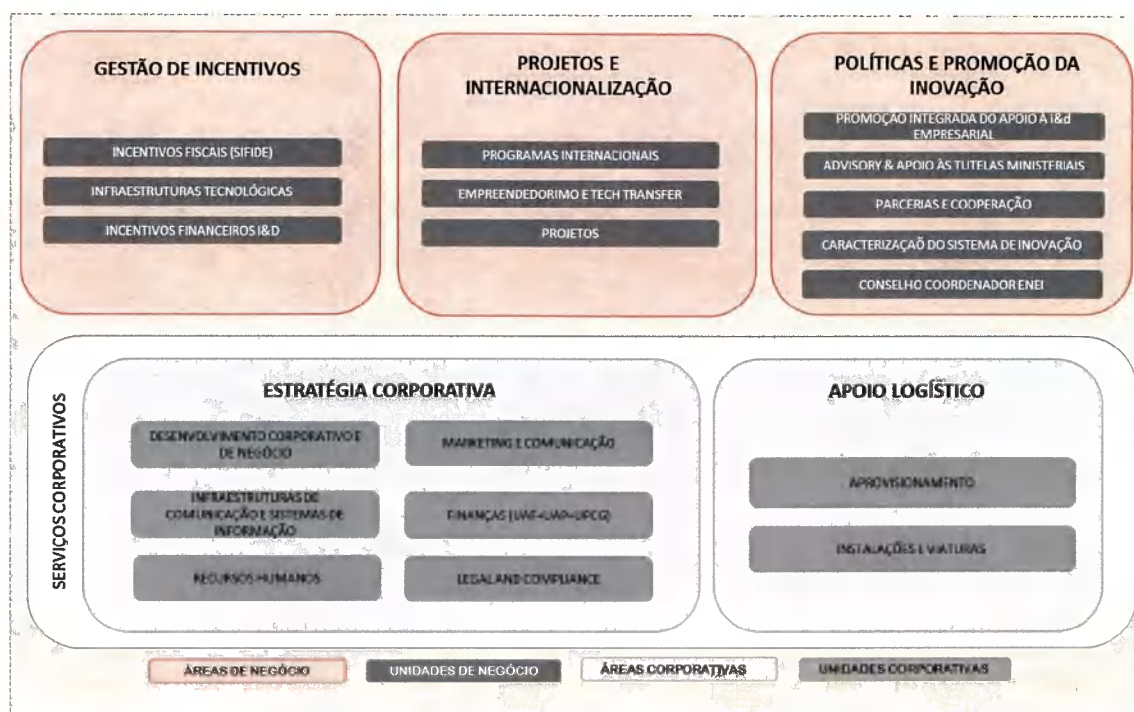


Figura 11: Macroestrutura Orgânica

Resumo da Estratégia

Na sequência da elaboração de um diagnóstico do estado da empresa, das suas reais capacidades e disponibilidades de recursos (humanos, financeiros, infraestrutura), o Conselho de Administração dedicou boa parte do seu tempo ao desenvolvimento de um Plano Estratégico de grande ambição, apresentado e amplamente aprovado pelo Conselho Consultivo, que define os principais objetivos estratégicos, o posicionamento ambicionado para a ANI e os 7 principais eixos de atuação da organização no médio/longo prazo, bem como as linhas de ação prioritárias para cada um dos eixos referidos.

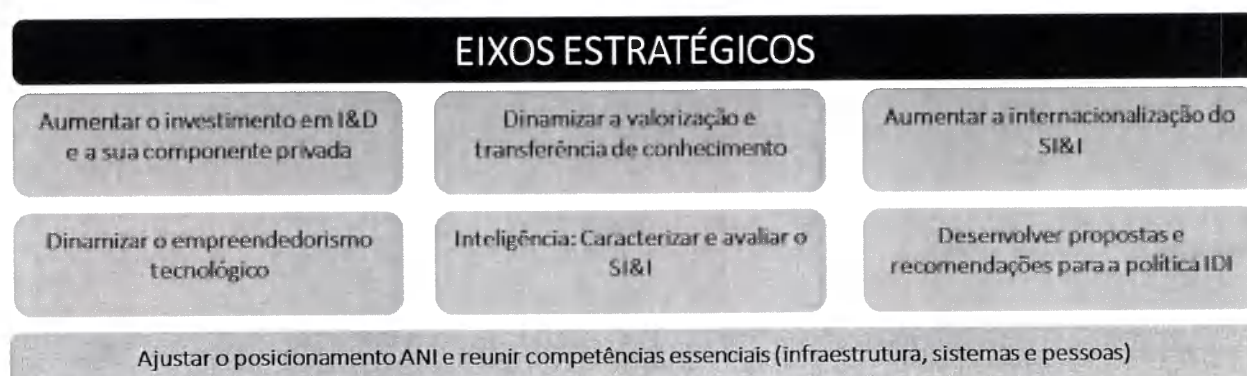


Figura 12: Eixos estratégicos e linhas de atuação da empresa

A implementação destes eixos de atividade permitirá à ANI prestar serviços de assistência técnica na gestão de incentivos e outros instrumentos de política pública, e na gestão de programas, projetos e iniciativas, nacionais e internacionais, que permitam disponibilizar às empresas, empreendedores, Centros de I&D e IES- Instituições de Ensino Superior, um conjunto de serviços altamente qualificados no apoio à I&D empresarial, à transferência de tecnologia, à inovação tecnológica e ao empreendedorismo de base tecnológica, e serviços de *policy advisory* e apoio às tutelas Ministeriais.

Os objetivos estratégicos de médio e longo prazo definem a visão da empresa para o seu âmbito de atuação a nível nacional e internacional.

Ambiciona-se uma ANI ainda mais próxima das empresas e das entidades não empresariais do Sistema de I&I (ENE SI&I), aportando valor às suas atividades de inovação, e reconhecida como elemento de credibilidade nas ações de apoio ao sistema, o que deverá ser alcançado assumindo um posicionamento da empresa, perante os seus *stakeholders*, de um HUB para a inovação, permitindo não apenas o acesso a financiamento mas igualmente a um conjunto de serviços e uma rede de parceiros especializados que promovam de forma integrada a I&D Empresarial, a Inovação Colaborativa e o Empreendedorismo de Base Científica e Tecnológica, intervindo de forma especializada ao longo de toda a cadeia de valor:

HUB para a Inovação Colaborativa e Empreendedorismo de Base Científica e tecnológica

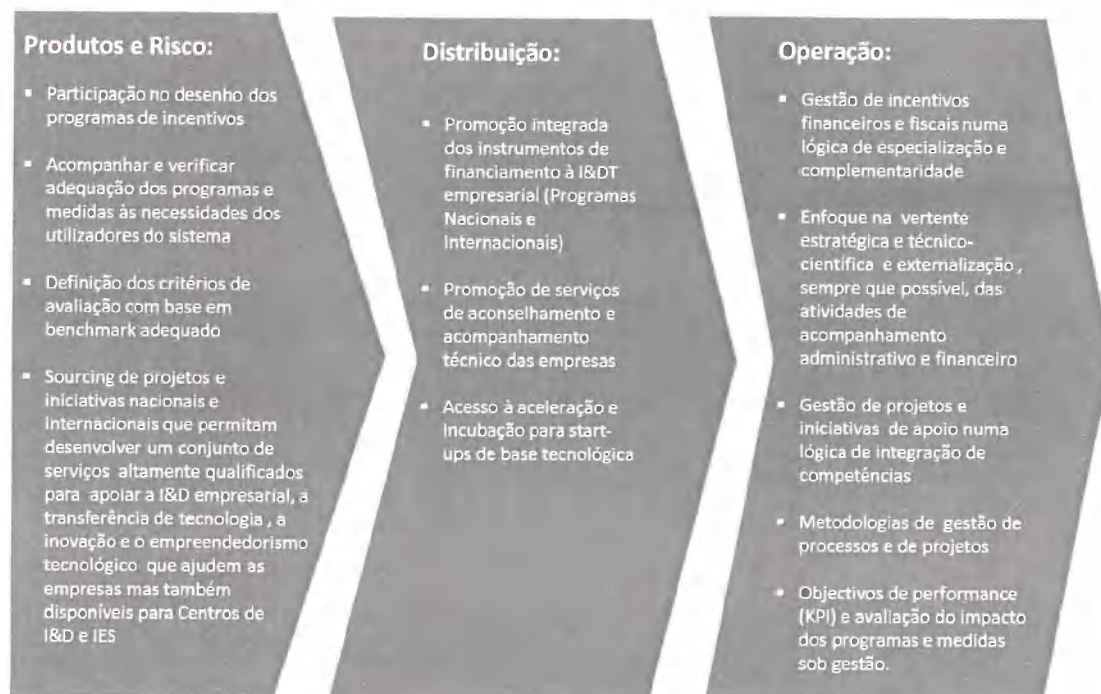


Figura 13: Posicionamento da empresa e intervenção ao longo da cadeia de valor

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Indicadores de Atividade

			2015_R	2016_R
DESEMPENHO GLOBAL				
Promoção da I&D - Reuniões com Clientes			995	1499
Apoio Total Concedido Programas Incentivo sob Gestão			277M€	354M€
Programas/Projetos sob Gestão/Promoção ANI			7	15
SISTEMAS INCENTIVOS I&D	INCENTIVOS FINANCEIROS (QREN/PT2020)	Nº Projetos em acompanhamento no início do período	473	281
		Nº Candidaturas Analisadas	267	567
		Nº Alegações Contrárias Analisadas	0	149
		Candidaturas Aprovadas	88	251
		Novos Projetos em Acompanhamento	48	223
		Projetos Encerrados	240	233
		Projetos em acompanhamento fim período	281	271
		Incentivo Aprovado	43,6M€	106M€
		Pagamentos a Promotores	58M€	26,6M€
	INCENTIVOS FISCAIS	Nº Candidaturas Analisadas	1058	1074
		Crédito Total Solicitado	187M€	191M€
		Crédito Total Aprovado	154M€	171M€
PROJETOS E INTERNACIONALIZAÇÃO	PROGRAMA QUADRO EUROPEU H2020 PILARES II E III	Propostas Apresentadas PT	1529	1116
		Projetos Aprovados PT	159	192
		Projetos Coordenados	27	53
		Financiamento PT Financiamento Total	79M€ 3.914M€	77M€ 4.589M€
		Financiamento Médio por Projeto Aprovado	499k€	401k€
		Taxa Financiamento Captado PT	2,0%	1,68%
		Taxa Sucesso PT Taxa Sucesso UE	10.3% 9.9%	17% 11%
	EUROSTARS	Nº Candidaturas Submetidas	10	25
		Nº Candidaturas Aprovadas	2	5
		Pagamentos a Promotores	369K	53K
	Apoio à Inovação Empresarial	Eventos de Brokerage	22	1
		Consultoria em Inovação (empresas apoiadas)	5	39
		Manifestações de Interesse Analisadas	48	108
		Acordos Comerciais Acompanhados	6	8
POLÍTICAS E PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO	Policy Advisory	Áreas Temáticas e Desenho de Programas ¹	1	4
		Estudos e Relatórios ²	0	1
	ENEI	Relatório Monitorização Implementação ³	0	1
		Nº de <i>Working Papers</i> Elaborados ⁴	0	2
	Parcerias e Cooperação	Nº Participações em Reuniões de Trabalho ⁵	0	6
		Nº Participações em Eventos ⁶	0	6
		Participação em MLE promovidos pela EU ⁷	0	3

Quadro 1: Indicadores de Atividade da ANI

1. 2016: Proposta reformulação regulamento SIFIDE; Desenho programa financiamento instituições interface tecnológico; Programa *Born from Knowledge* e relatório benchmark *Seal of Excellence*
2. Relatório para OCDE: Ciência, Tecnologia e Ensino Superior Portugal em 2017 – Perspetivas para 2030
3. Relatório de implementação e monitorização da ENEI;
4. *Working papers* sobre a valorização e transferência do conhecimento;
5. Participações em reuniões do *Board*, *Executive Working Groups* e *General Meetings* da TAFTIE;
6. Participações em eventos no âmbito da TAFTIE;
7. Participação em *Mutual Learning Exercises* sobre *Innovation Procurement* e análise do impacto dos instrumentos de apoio à I&D.

Indicadores de Gestão

Indicadores de Gestão da Agência Nacional de Inovação

valores em €

Indicadores de Resultados	2015	2016
Custos	4 068 269	4 533 561
Custos com Pessoal	1 865 849	3 229 999
FSE	2 202 420	1 303 561
Rendimentos Operacionais	4 211 349	4 675 785
Serviços e Atividades de Apoio ao SI&I	35 509	400 000
Projetos Europeus	98 707	487 082
Sistema de Incentivos	2 251 448	1 171 183
Financiamento Base	1 668 896	2 317 855
Outros	156 788	299 665
EBITDA	143 080	142 224
Margem de EBITDA	3%	3%
Investimento	13 318	132 180
EBITDA-Investimento	129 762	10 044

Indicadores de Gestão Externa

Volume de Negócios (Opex+Investimento)	4 081 587	4 665 741
Despesa Desagregada (%)		
Rácio da Despesa com Pessoal	46%	69%
Rácio da Despesa com FSE	54%	28%
Rácio da Despesa em Investimento	0%	3%
Receita Desagregada (%)		
Serviços e Atividades de Apoio ao SI&I	1%	9%
Projetos Europeus	2%	10%
Sistema de Incentivos	55%	25%
Financiamento Base & Outros	45%	56%

Indicadores de Gestão Interna

Rácio de Cobertura da Despesa Operacional (p/ origem do rendimento)		
Sistemas de Incentivos e Apoio ao SI&I	56%	38%
Projetos Europeus	2%	11%
Financiamento Base	41%	51%

Atividade desenvolvida ao longo de 2016

O ano de 2016 foi de significativo progresso no desenvolvimento da estratégia corporativa e das diferentes áreas de atividade, com resultados muito relevantes nas principais áreas de negócio e no desenvolvimento corporativo, fechando assim, de modo absolutamente definitivo uma página verdadeiramente atípica na história da ANI.

Desenvolvimento de Negócio

Em termos consolidados, o volume de apoios mobilizados por empresas e entidades do SCTN foi de cerca de 354M€, uma marca verdadeiramente histórica. Não apenas por representar um crescimento de quase 30% relativamente ao ano anterior, ou por ter ficado 4% acima das estimativas (mais 14M€ do que o montante previsto no plano de atividades e orçamento para 2016) mas também por ultrapassar – pela primeira vez na última década e por margem muito folgada – a barreira dos 300M€.

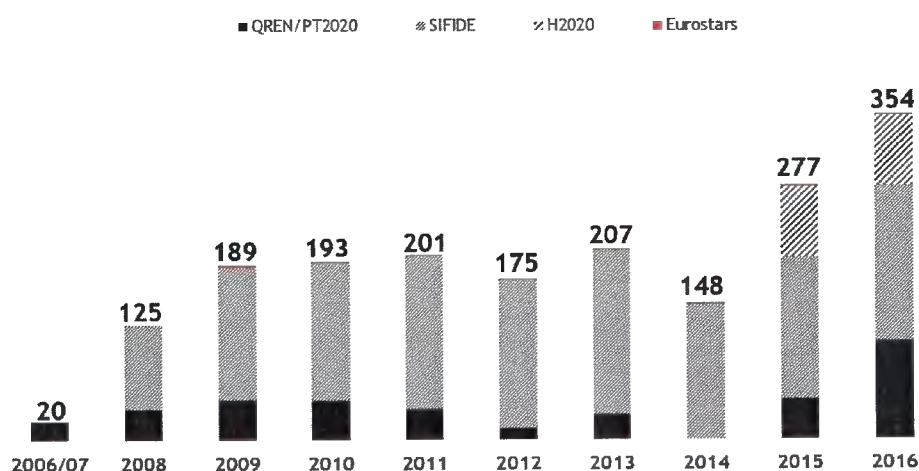


Figura 14: Apoio Concedido - Programas/Projetos sob gestão ou promoção da ANI (M€)

Ao nível da distribuição do apoio concedido, em 2016, por tipologia de entidade beneficiária, salienta-se, numa perspetiva consolidada dos apoios, a clara expressão do setor empresarial.

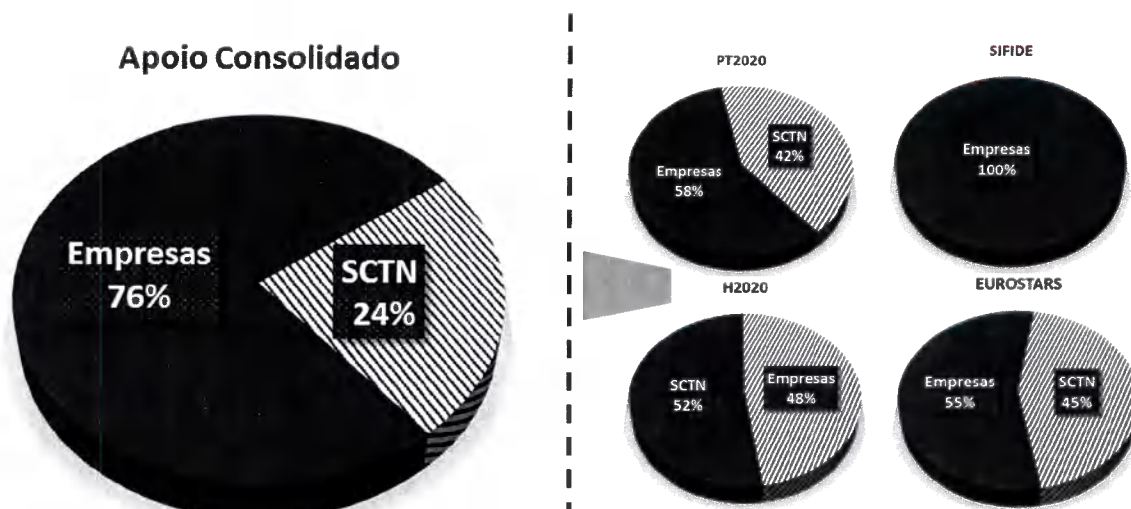


Figura 15: Distribuição do apoio concedido por tipologia de entidade beneficiária

Dos 354M€ de apoio total concedido no ano de 2016, 76% teve como beneficiários empresas, representando mais de 268M€ de financiamento aprovado. Em termos desagregados, vemos que estas entidades recolhem também a maioria dos apoios no PT2020, enquanto que nos programas internacionais – sobretudo H2020 – observamos uma distribuição inversa com as entidades do SCTN a recolher a maioria dos apoios. O SIFIDE é um sistema de incentivo maioritariamente dirigido a empresas, pelo que o montante de apoio é captado quase na sua totalidade por este tipo de entidades.

De referir, ainda, o financiamento acumulado de 100M€ para empresas portuguesas por parte do programa-quadro H2020, com aproximadamente 37M€ de financiamento aprovado em 2016, num total de 77M€ atribuídos a entidades nacionais.

A orientação ao cliente – com o objetivo de alargar e qualificar a procura pelos incentivos nacionais e internacionais à I&D empresarial – tem sido prioridade da empresa nos últimos anos e foi significativamente reforçada em 2016. Ao longo do ano foram promovidas quase 1500 ações de promoção da I&D e reuniões com clientes (ultrapassando a estimativa de 1250), representando taxas de crescimento assinaláveis relativamente aos anos anteriores (50% vs. 2015 e 161% vs. 2014).

Por outro lado, a abertura de concursos para todos os instrumentos do Portugal 2020 sob gestão da ANI veio permitir que as empresas disponham de um portefólio de instrumentos de apoio mais relevante e completo na cobertura da cadeia de valorização do conhecimento.

Como resultado destes dois fatores, foi registado um aumento global da procura, que nos instrumentos do Portugal 2020 mais do que duplica, um alargamento da base de clientes – com 300 novas empresas a

concorrer aos programas de apoio à I&D empresarial e taxas de aprovação de candidaturas a aumentar em todo o portefólio, com especial destaque para a evolução da performance nacional no H2020.

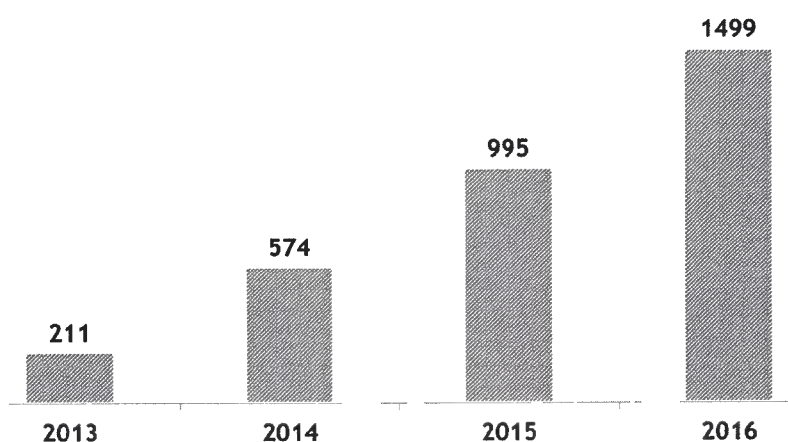


Figura 16: Atividade Comercial da ANI – Promoção da I&D e Reuniões com Clientes (Participações)

O reforço da atividade de apoio à transferência de tecnologia, através de uma melhor colaboração entre empresas e entidades não empresariais do Sistema I&I não pode ser dissociado da necessidade de disponibilizar ao mercado uma proposta de valor integrada, com cobertura ao longo da cadeia de valor de inovação. Neste sentido, e resultado de uma prioridade estratégica para 2016, a ANI incorporou 6 novos projetos internacionais destinados à disponibilização de serviços especializados de apoio e dinamização das atividades de inovação.

Destaca-se, ainda, a participação, enquanto parceiro, na organização da *XXVII ISPIM Innovation Conference*, evento que contou com mais de 400 participantes de 50 países, e a consolidação da sua função de gestão e promoção dos programas EUREKA/EUROSTARS.

Desenvolvimento Corporativo

Do ponto de vista do desenvolvimento corporativo, 2016 constitui um passo assinalável na reunião das condições para a execução do plano de reestruturação, requalificação e redimensionamento da empresa, tendo integrado de cerca de 30 novos colaboradores, contratados no final de 2015, assegurados apoios financeiros, junto do SAMA 2020, para os investimentos determinados pelo referido plano.

		Atividades	
Objetivos			
Vertente I Atendimento e do Modelo de Gestão de Clientes	<ul style="list-style-type: none">• Melhorar os níveis de prestação de serviço da ANI• Reforçar a pro-atividade “comercial”• Profissionalizar a gestão do relacionamento dos clientes• Melhorar a imagem percebida pelos clientes relativamente à ANI	0	Gestão Integrada do Programa MMS ANI
		1	Modelo de Atendimento e de Interação com o Cliente
		2	Implementação de CRM
		3	Otimização da Plataforma SIFIDE
Vertente II Informação de Gestão	<ul style="list-style-type: none">• Melhorar o acesso a informação de gestão e de suporte à tomada de decisão	4	Novo Portal ANI
		5	Portal Corporativo
Vertente III Funcionamento Interno	<ul style="list-style-type: none">• Aumentar a performance da ANI no <i>back-office</i> como alavanca da melhoria do desempenho do serviço prestado ao cliente• Melhorar a eficiência e desmaterializar os processos• Reforçar as competências dos colaboradores	6	Implementação de Business Intelligence
		7	Reengenharia e Simplificação dos Processos de Negócio
		8	Implementação de Business Process Management / Gestão Documental
		9	Gestão de Projetos
Vertente IV Infraestruturas	<ul style="list-style-type: none">• Criar de condições base para a operacionalização das demais vertentes dos projeto• Atualizar o parque informático e melhorar a segurança da informação	10	Plano de Desenvolvimento de Competências
		11	Melhoria dos Espaços de Atendimento
		12	Redes, Comunicações e Parque Informático

Figura 17: Plano de reestruturação, requalificação e redimensionamento da empresa

Deve ainda relevar-se a disponibilização de novas instalações para a sede da empresa, no Porto, que lhe permitem garantir a continuidade do crescimento da equipa, bem como a definição e implementação de um ciclo de planeamento e monitorização da performance estratégica da ANI, visando, essencialmente, adicionar eficiência aos processos e a avaliação de práticas de boa gestão.

Nesta ótica, salienta-se, ainda, a implementação de uma plataforma de deslocações que teve como principal ganho a desmaterialização dos processos associados, e a implementação de *flash reports* mensais.

Do ponto de vista de marketing e comunicação, a empresa reforçou a sua participação em múltiplos eventos que permitem posicioná-la junto do seu target, com destaque para o envolvimento da ANI na iniciativa e evento “Prémio Produto Inovação COTEC-ANI 2016” e no “Born From Knowledge”, e criou as condições necessárias ao reposicionamento da marca ANI com a contratação de serviços de assessoria de comunicação e *branding*.

Perspetiva e Desenvolvimento Estratégico em 2017

Entramos em 2017 com uma empresa melhor, mais sólida, com um portefólio melhorado, e acrescido conforto com a nossa estratégia. Este ano marcará, de forma decidida e indelével, o arranque de uma nova página na promoção da valorização do conhecimento em Portugal.

É, pois, chegada a hora de orientar a navegação para a consolidação da centralidade da ANI no ecossistema da I&I nacional e, estribados numa estrutura de gestão cada vez mais profissionalizada, reforçar e diversificar a atividade da empresa. Confiantes na qualidade e dedicação das nossas pessoas, que todos os dias se esforçam para cumprir melhor a missão que nos move, é o que nos propomos fazer ao longo do triénio 2017-2019.

A gestão de sistemas de incentivos deverá solidificar competências na avaliação e no acompanhamento estratégico e técnico-científico (a par de uma clara necessidade de aprofundar a externalização das atividades de índole administrativa e financeira), aumentar a integração – vertente estratégica, operacional e de suporte – entre diferentes sistemas de incentivo (fiscal e financeiro), promover a integração, a nível comercial também com os instrumentos H2020 e garantir a aproximação da equipa aos seus clientes, através de uma melhor cobertura e proximidade geográfica;

As unidades de “projetos de apoio à inovação” e de “transferência de tecnologia e empreendedorismo” deverão refletir sobre a organização da sua oferta (produtos e serviços de apoio à inovação), visando identificar oportunidades de reestruturação e definir claramente o conjunto de prioridades temáticas a prosseguir bem o modelo operacional e de financiamento que as deverá suportar;

A promoção e apoio à participação nacional nas iniciativas, programas e redes internacionais de I&I deverá procurar uma maior proatividade da estrutura de promoção junto dos seus “clientes” e uma maior independência por parte dos seus elementos NCPs (National Contact Points) na promoção e criação de redes temáticas nacionais, aumentar a capacidade de intervenção junto da Comissão Europeia, que permita, entre outras, uma maior influência na definição e lançamento de concursos;

A área de políticas e promoção da inovação deverá assumir como prioridade temática a integração e a promoção de sinergias entre os diferentes fundos, assim como o estudo e reflexão sobre o modelo de gestão e operação do Programa Interface, ter também um papel ativo na definição e implementação dos Laboratórios Colaborativos, em estreita colaboração com a FCT, aprofundar a participação nas atividades da TAFTIE.

Os trabalhos de coordenação de ENEI devem privilegiar o processo de avaliação intercalar da implementação da ENEI, bem como a coordenação e alinhamento temático entre a ENEI e as EREI.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício no valor de 19 080,19 € (dezanove mil e oitenta euros e dezanove cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

- 954,01 € (novecentos e cinquenta e quatro euros e um cêntimo) para reforço da Reserva Legal, nos termos do n.º 1 do Artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais;
- 18 126,18 € (dezoito mil cento e vinte e seis euros e dezoito cêntimos) para Resultados Transitados.

Aprovada a proposta, os Capitais Próprios da Agência Nacional de Inovação, S.A., passarão a apresentar os seguintes valores:

Capital Realizado	5 176 376,50 €
Reservas Legais	197 709,03 €
Resultados Transitados	-989 971,39 €
Excedentes de revalorização	125 481,84 €
Outras variações no capital próprio	91 844,11 €
Capital Próprio	4 601 440,09 €

RESUMO DA OPERAÇÃO EM 2016

RESUMO DA OPERAÇÃO EM 2016.....	26
GESTÃO DE SISTEMAS DE INCENTIVOS	28
Unidade de Negócio de Incentivos Financeiros à I&D	28
Unidade de Negócio de Incentivos Fiscais	29
Unidade de Negócio de Infraestruturas Tecnológicas	30
PROJETOS E INTERNACIONALIZAÇÃO.....	33
Unidade de Negócio de Projetos	33
Unidade de Negócio de Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo de Base Tecnológica	34
Unidade de Negócio de Coordenação Nacional de Programas Internacionais	35
POLÍTICAS E PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO.....	40
Unidade de Negócio de Promoção Integrada do Apoio à I&D Empresarial	40
Unidade de Negócio de <i>Advisory</i> e Apoio às Tutelas Ministeriais	40
Unidade de Negócio de Parcerias e Cooperação	41
Caracterização do Sistema de Inovação	42
Conselho Coordenador ENEI	42
ESTRATÉGIA CORPORATIVA.....	45

GESTÃO DE SISTEMAS DE INCENTIVOS

A Área de Negócio de Gestão de Sistemas de Incentivos tem a maior relevância no contributo que a ANI pretende dar ao reforço da competitividade nacional, gerindo sistemas de incentivos financeiros e fiscais que permitem apoiar a valorização do conhecimento científico e tecnológico e a sua transformação em desenvolvimento económico e social.

Unidade de Negócio de Incentivos Financeiros à I&D

A unidade de incentivos financeiros à I&D iniciou o ano de 2016 com um pico de atividade particularmente intenso, devido à simultaneidade, durante o primeiro trimestre, do encerramento do QREN, com o fecho da primeira fase e arranque da segunda do Portugal 2020.

Não obstante do volume extraordinário de trabalho, e graças a um esforço redobrado da equipa, a unidade de incentivos financeiros encerra o exercício de 2016 com um índice de atividade claramente positivo, conforme se pode constatar pelos principais indicadores operacionais da unidade que se apresentam no quadro seguinte.

Avaliação de Candidaturas	
Candidaturas Analisadas	567
Alegações contrárias recebidas	270
Alegações contrárias analisadas	149
Candidaturas aprovadas	251
Promotores	648
Investimento elegível	165M€
Incentivo Aprovado	106M€
Acompanhamento de Projetos	
Projetos em acompanhamento no início do período	281
Projetos em acompanhamento no fim do período	271
QREN: Ordens de pagamento Emitidas	1077
QREN: Pagamentos a promotores	13M€
PT2020: Ordens de pagamento Emitidas	572
PT2020 Pagamentos a promotores	13,7M€
Encerramento de Projetos	
QREN: Projetos encerrados	233

Figura 18: Indicadores Atividade Incentivos Financeiros

De salientar a análise de 567 candidaturas em 2016, das quais 251 foram consideradas elegíveis. Face ao período homólogo de 2015 regista-se um aumento superior a 111% no número de candidaturas.

Paralelamente ao elevado crescimento da procura, regista-se um crescimento da taxa de sucesso de aprovação das candidaturas na ordem dos 11%, o que significa que os promotores se apresentam de forma mais rigorosa e qualificada perante os sistemas de incentivo.

De igual forma expressivo, o aumento de 143% de incentivo aprovado, face a 2015.

Cumpre-nos ainda referir que das 149 alegações contrárias analisadas, 133 foram objeto de decisão, ainda em 2016, das quais 12 alteraram o sentido da decisão, passando a elegíveis, 73 mantiveram o sentido da decisão (não elegível), 26 aumentaram e 22 mantiveram o incentivo aprovado (para os projetos elegíveis).

Ainda digno de registo, a elaboração das normas de execução dos projetos do Portugal 2020, a participação na elaboração do Formulário de Pedido de Pagamento do SI I&DT, com a equipa do CDT do Compete 2020, que teve lugar no primeiro trimestre do ano.

Unidade de Negócio de Incentivos Fiscais

O balanço do SIFIDE, ao qual a unidade de gestão de incentivos fiscais se dedica em exclusividade, continua a evidenciar uma posição de destaque no seio dos programas e medidas sob a gestão da ANI, tendo representado cerca de 50% do volume de apoios.

O crédito fiscal atribuído em 2016, referente aos custos em I&D incorridos pelas empresas no exercício fiscal de 2014, atingiu cerca de 171M€, isto é, para um crédito fiscal solicitado de 191M€, a taxa de aprovação foi de 89%, o que demonstra que a estratégia de qualificação da procura está a entregar resultados e que as empresas colocam crescente rigor na apresentação de candidaturas.

Até 31 de dezembro de 2016 foram submetidas 1152 candidaturas, referentes ao ano de 2015, apresentando uma despesa de I&D de cerca de 530M€ e um crédito fiscal solicitado de aproximadamente 214M€. No final do ano decorria ainda o processo de certificação deste investimento, estando prevista a sua conclusão dentro dos prazos regulamentares, no trimestre inicial de 2017.

Valores em milhões de euros

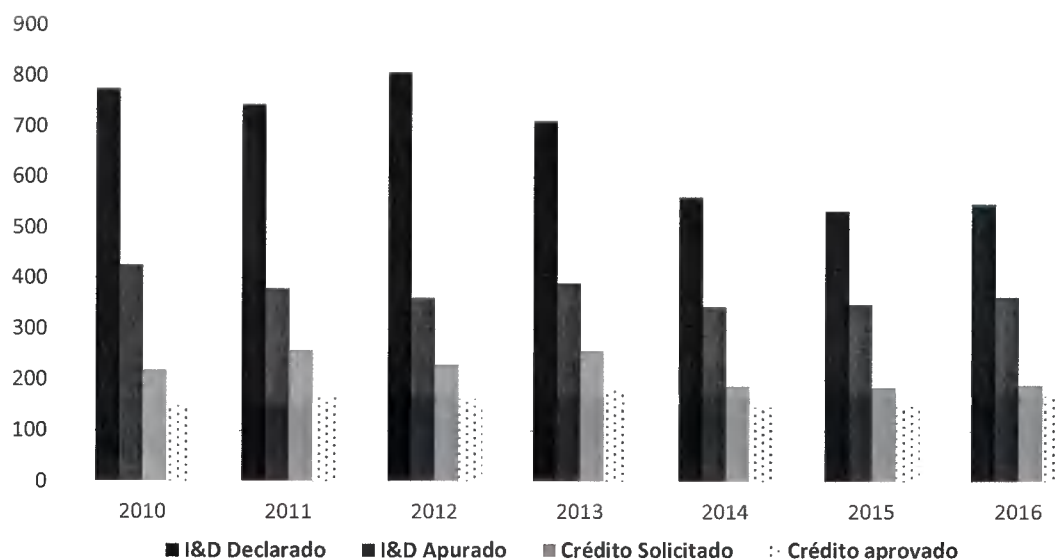


Figura 19: Evolução desempenho SIFIDE

Unidade de Negócio de Infraestruturas Tecnológicas

A ANI é a entidade responsável pela coordenação e dinamização da rede nacional de Infraestruturas Tecnológicas. 2016 foi um ano em que importantes passos foram dados no sentido de estabelecer as bases e desenvolver as atividades necessárias para retomar uma aposta forte nas infraestruturas tecnológicas, fruto do reconhecimento da importância das mesmas para a competitividade das empresas e indústria nacionais. O objetivo é que em 2017 se aprove politicamente, lance e implemente um programa de capacitação, coordenado pela ANI em complemento à função de assistência técnica às Autoridades de Gestão do Portugal 2020, por forma a disponibilizar às instituições de interface um financiamento coerente e assente em critérios sólidos.

Por solicitação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e mediante diretrizes da Comissão Europeia, foi desenvolvido um exercício de levantamento da realidade e necessidades destas entidades a nível nacional. Responderam a este exercício 209 instituições, das quais 135 de existentes e 74 “a criar”.

Das 135 entidades existentes, 57% são centros de valorização e transferência de tecnologia, 26% centros de incubação de base tecnológica, 11% parques de ciência e tecnologia e 6% centros tecnológicos.

Relativamente às infraestruturas listadas como “a criar” 58% serão centros de valorização e transferência de tecnologia, 22% centros de incubação de base tecnológica 12% centros tecnológicos e 8% parques de ciência e tecnologia.

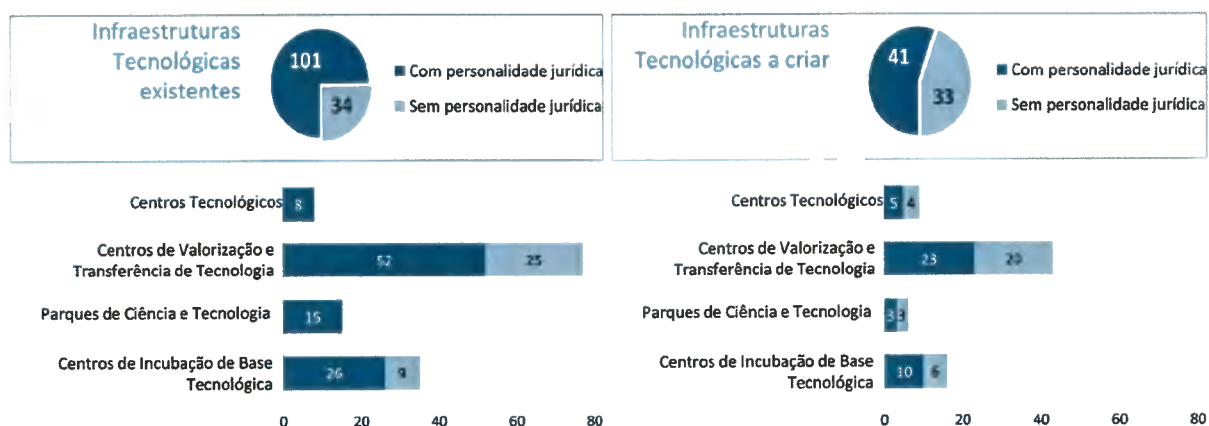


Figura 20: Levantamento Infraestruturas Tecnológicas por tipologia

A maioria destas instituições situa-se no litoral norte e centro do país, com incidência nos distritos onde existe um mais elevado número de empresas assim como uma maior concentração industrial. Neste sentido destacam-se os distritos do Porto com 11 infraestruturas, Braga e Coimbra com 9 e Aveiro com 8.

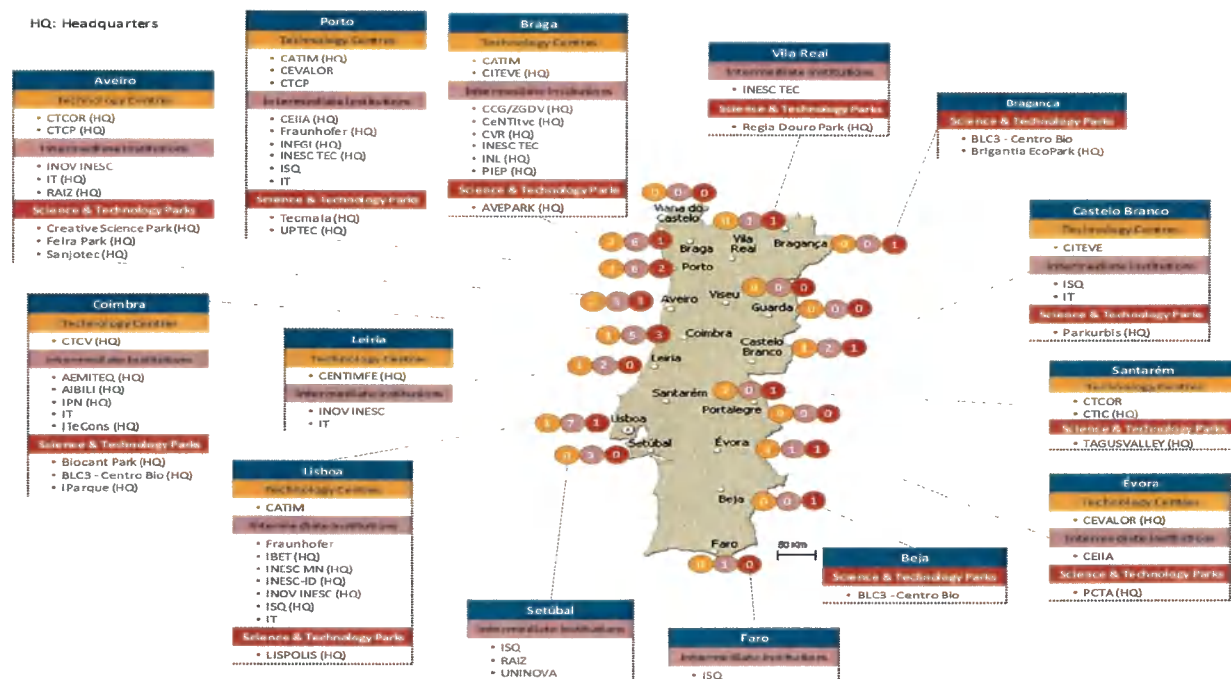


Figura 21: Mapeamento Infraestruturas Tecnológicas por distrito

Com estes e outros dados recolhidos, irá desenvolver-se uma caracterização mais aprofundada das instituições de interface e colocada em prática uma estratégia de implementação do programa de capacitação acima referido.

PROJETOS E INTERNACIONALIZAÇÃO

Unidade de Negócio de Projetos

O esforço levado a cabo pela equipa em 2015 para alargar a base de financiamento das atividades de apoio à inovação empresarial e parcerias tecnológicas entre empresas e entidades do SCTN, começou a dar “frutos” em 2016 com a aprovação de financiamentos em valor superior a 1M€ (em 2015 este valor foi de cerca de metade).

A ANI está assim em condições reforçar o seu contributo para a capacitação e internacionalização da I&D Nacional, com a participação em 6 novos projetos:

- **HELIUM (*Health Innovation Experimental Landscape through Policy Improvement*)** - pretende identificar um conjunto de boas práticas que possam ser replicadas pelos restantes países participantes no projeto e desenvolver um plano de ação que melhore as políticas públicas de apoio à inovação no setor da saúde;
- **S34Growth – *Enhancing policies through inter-regional cooperation: New industrial value chains for growth*** tem como objetivo melhorar os atuais instrumentos e políticas públicas de promoção da inovação, nomeadamente das lógicas de especialização inteligente, através da cooperação transfronteiriça e partilha de boas práticas entre 11 parceiros de 8 estados membros;
- **Smart Finance** - pretende desenvolver uma plataforma internacional para apoio a PME, que facilite o seu acesso a financiamento, procurando assim contribuir para reforçar a sua competitividade, inovação e internacionalização;
- **MonitorRS3** – visa a partilha de experiências sobre as melhores práticas na implementação de sistemas de monitorização e avaliação da RIS3, nomeadamente, em termos de indicadores de curto, médio e longo prazo;
- **Innovation PT (*Work package 4 EEN*)** – tem por base o apoio e acompanhamento às PME desenvolvimento de um diagnóstico das capacidades de gestão da inovação e de um plano de ação, com vista a melhorar a eficiência e eficácia dos processos de gestão da inovação;
- **Peer For Excellence** - pretende produzir um design *Options Paper* para a implementação de um mecanismo de financiamento que permita que, em toda a Europa, as agências de financiamento regionais e nacionais possam tirar partido do potencial de distinção fornecido pelo “selo de excelência”, por forma a financiar projetos inovadores de elevado impacto.

Enterprise Europe Network

A equipa alocada à rede *Enterprise Europe Network* “EEN-Portugal” foi reforçada no primeiro trimestre do ano para o acompanhamento a empresas tendo sido realizadas 39 reuniões com empresas para acompanhamento e aconselhamento em melhoria dos sistemas de gestão da inovação.

No âmbito da **Bolsa de Tecnologia e Negócios (BTN)**, a equipa deu seguimento a 108 manifestações de interesse registadas na plataforma e promoveu o reforço do contacto com os gabinetes de transferência de tecnologia das principais IES nacionais.

Apesar do menor envolvimento na organização de eventos EEN, a ANI participou em conjunto com a equipa de promoção do programa-quadro H2020, na organização de 3 eventos nacionais.

A ANI, enquanto parceira EEN, esteve também envolvida *XXVII ISPIM Innovation Conference*, evento que contou com mais de 400 participantes de 50 países. Ainda no âmbito do ISPIM, A ANI organizou um *brokerage event*, colocando em contacto os clientes da agência com a comunidade internacional de peritos em gestão da inovação e que contou com mais de 100 participantes, representantes de empresas e IES de 18 países, culminando na realização de 165 reuniões. Como principais resultados do evento destaca-se a integração de 2 empresas enquanto beneficiárias nos serviços EIMC (Enhancing Innovation Management Capacities of SMEs), a celebração de uma parceria para a submissão de uma candidatura em colaboração no PT2020 entre uma PME e uma instituição de ensino superior, a celebração de 2 protocolos de colaboração entre uma instituição de ensino superior e 2 grandes empresas portuguesas, 1 contrato entre um instituto de I&D e uma PME, a integração de uma empresa no consórcio *Smart Cities* e a celebração de uma parceria entre 2 empresas.

Ainda de salientar a organização de uma Bolsa de Contactos no setor das energias renováveis marinhas e o lançamento das “Innovation Sessions”, uma iniciativa da AICEP, em cooperação com a CIP.

Unidade de Negócio de Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo de Base Tecnológica

No âmbito do empreendedorismo de base tecnológica e transferência de tecnologia, a equipa teve como principal atividade em 2016 o apoio ao *Programa Born from Knowledge* – programa promovido em articulação com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, através da SECTES direcionado para estudantes do ensino superior e investigadores, com o objetivo de promover a transferência de tecnologia

através da identificação de ideias de negócio que permitam a valorização e exploração dos resultados da investigação científica.

As melhores ideias foram premiadas com um programa de *mentoring* através do qual a ANI, em parceria com a Porto Business School, dotou os participantes de competências para a construção de um modelo de negócio e promoção do seu projeto junto de potenciais clientes e investidores, que culminou com a atribuição de “um passaporte” para os finalistas poderem fazer o seu *pitch* no *Web Summit*.

Paralelamente foi iniciado um trabalho de articulação com os Gabinetes de Transferência de Tecnologia e OTICs (Oficina de Transferência de Tecnologia, de Inovação e Conhecimento) das entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, para desenho de um programa nacional de articulação e dinamização destas instituições, através da criação e dinamização de uma Rede Transferência de Conhecimento em Portugal que visa, num primeiro momento desenvolver um modelo para a definição, criação, financiamento e dinamização desta Rede e, num segundo momento, a operacionalização da estrutura.

Pretende-se que nesta Rede estejam representados os Gabinetes de Transferência de Tecnologia e OTICs (Oficina de Transferência de Tecnologia, de Inovação e Conhecimento) das entidades do Sistema Científico e Tecnológico com o objetivo de reunir e partilhar experiências, boas práticas e recursos.

Unidade de Negócio de Coordenação Nacional de Programas Internacionais

Horizonte 2020

Os resultados da participação nacional no H2020, em 2016, assinalam um marco digno de registo: a obtenção de um acumulado que ultrapassou a marca dos 400M€ para entidades portuguesas e dos 100 M€ de financiamento para empresas nacionais (2014-2016).

Ao longo de 2016, foram levadas a cabo 526 ações de promoção da participação nacional para os temas dos pilares 2 e 3 do H2020, incluindo sessões de informação, ações de formação sobre preparação de candidaturas, reuniões bilaterais com candidatos à submissão de candidaturas, assim como participação em conferências/seminários, nacionais e internacionais, relevantes para a sua atividade.

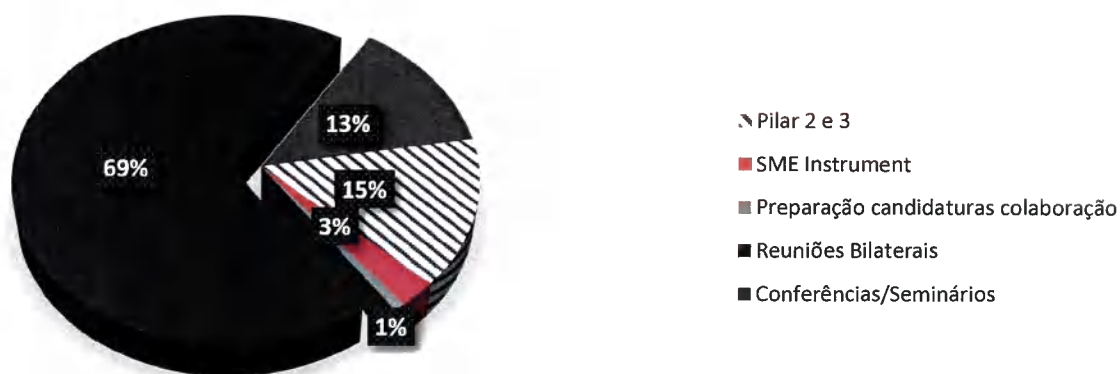


Figura 22: Ações de divulgação H2020

A equipa do GPPQ participou ainda em 55 reuniões de comité de programa para os referidos pilares II e III do H2020, assegurando a defesa dos interesses nacionais em Bruxelas.

Relativamente aos resultados da participação nacional no H2020 em 2016, Portugal totalizou 91 projetos aprovados no Pilar 2, e respetivas JTIs (ECSEL e Clean Sky), com 45 coordenações nacionais, e uma taxa de sucesso de 15% (acima da média europeia, que é de 9,4%). Os 91 projetos representam 36,9M€ de financiamento para entidades nacionais, dos quais 20,2M€ para empresas portuguesas e 16,7M€ para entidades do SCTN, e a uma taxa de retorno de 1,83% dos fundos europeus disponíveis.

No Pilar 3, e respetivas JTIs (BBI, IMI, FCH-JU, SESAR e Shift2Rail), foram aprovados 101 projetos em 2016, com 8 coordenações nacionais e uma taxa de sucesso de 19,9%, também acima da média europeia (19,5%). Estes 101 projetos representam cerca de 40,3M€ de financiamento para entidades nacionais, dos quais 16,5M€ para empresas portuguesas e 23,7M€ para entidades do SCTN, e correspondem a uma taxa de retorno de 1,56 % dos fundos europeus disponíveis.

No *SME Instrument*, onde a equipe do GPPQ desenvolveu um esforço muito forte para apoiar todas as candidaturas nacionais que se mostraram interessadas nesse apoio, nomeadamente com ações de formação trimestrais em Lisboa e Porto e acompanhamento individual a cada candidatura sempre que solicitado, o ano de 2016 resultou numa melhoria assinalável do desempenho da participação portuguesa:

- Na fase 1, Portugal teve 27 projetos aprovados e 2 selos de excelência. Os 27 projetos correspondem a 1,35M€ de financiamento e a 3,87% do orçamento europeu disponível;
- Na fase 2 houve 4 projetos aprovados, correspondendo a um financiamento de 5,44 M€ e a 1,7% do orçamento disponível.

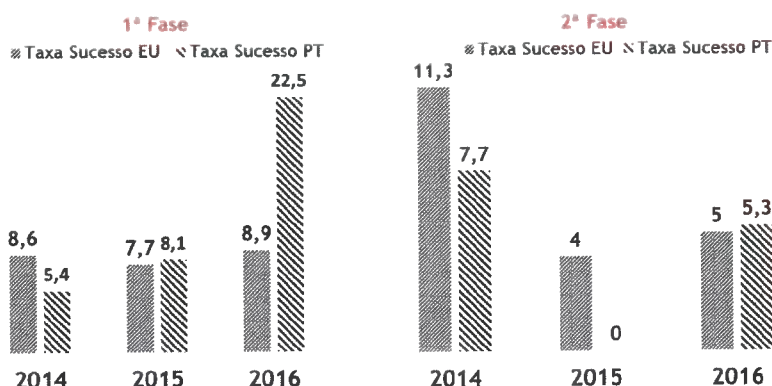


Figura 23: Resultados participação PT - SME INSTRUMENT

No *Fast Track to Innovation*, instrumento que esteve aberto por 2 anos (2015 e 2016), Portugal conseguiu obter 5 projetos aprovados. O financiamento nacional foi de 2,35 M€, distribuído por 3 Grandes empresas e 3 PME, o que corresponde a 1,18% do orçamento disponível.

No concurso *SME Innovation Associate* do programa Apoio às PME, Portugal conseguiu obter 3 projetos aprovados. O financiamento nacional foi de 370 k€, o que corresponde a 5,3% do orçamento disponível e a uma taxa de sucesso para Portugal de 60%, bem acima da taxa média de sucesso europeia (37,4%).

EUREKA – EUROSTARS

Em 2016 foi consolidado o processo de transferência das atividades associadas à iniciativa EUREKA da FCT para a ANI. A iniciativa Eurostars é, dentro do Eureka, uma das que atrai mais interesse e, não obstante Portugal não disponibilizar dotação orçamental para o *cut-off 5* (fevereiro), a ANI procedeu à avaliação da viabilidade financeira das cinco candidaturas com participação nacional, das quais duas foram aprovadas com autofinanciamento. Ainda de destacar a submissão de 20 candidaturas de projetos, apresentados por entidades portuguesas, num total de 376, no *cut-off 6* (setembro).

No âmbito do programa EUREKA foi realizada, em 22 de novembro, a reunião para avaliação dos projetos do *Cluster Celtic Plus*, que contou com a participação da NPC da ANI. Foi avaliado e atribuído um selo EUREKA a 1 projeto nacional, liderado pelo Instituto de Telecomunicações. Nesta mesma reunião foi comunicada a atribuição de financiamento público nacional a 3 outros projetos com participação portuguesa.

De realçar ainda a decisão da participação na edição de 2017 do programa *E!Innovest* da rede EUREKA que tem como objetivo formar e capacitar PME de base tecnológica no processo de captação de investimento internacional.

Acompanhamento de outras Iniciativas Internacionais

A ANI tem direcionado os seus esforços para a intervenção no panorama internacional da promoção da inovação, quer em contextos estratégicos e políticos, em apoio à decisão, quer em contextos operacionais, enquanto agente institucional na implementação de acordos de cooperação bilateral, nomeadamente a nível de parcerias com entidades congéneres.

Neste sentido, destacamos a participação do Presidente da ANI, acompanhando o Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), numa reunião informal, em janeiro, do Conselho de Competitividade da União Europeia. Foi, também, reforçada a intervenção nos trabalhos de formulação de posições do Conselho, em articulação com a FCT, com a Representação Permanente de Portugal junto da UE (REPER) e com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE).

Por intermédio da FCT, na sua qualidade de representante nacional no ERAC – Comité de acompanhamento do Espaço Europeu de Investigação e Inovação, merece particular destaque a representação de Portugal em três grupos de trabalho de *Mutual Learning Exercises* promovidos pela Comissão Europeia.

A ANI participou ainda, igualmente por intermédio de colaboração com a FCT, nas discussões sobre a cooperação internacional na área de inovação no âmbito de duas ERA-NETs regionais – nomeadamente, a de cooperação com a América Latina (ERA-NET LAC) e a de cooperação com os países da região do Mediterrâneo (ERA-NET MED).

De assinalar, também, a integração em eventos de discussão do futuro *EIC – European Innovation Council*, tendo também consolidado uma posição institucional sobre este tema, no âmbito da consulta pública levada a cabo pela Comissão Europeia.

Em linha com as responsabilidades assumidas junto do EUREKA e com a integração nas discussões alargadas da TAFTIE e noutros fóruns, a ANI prosseguiu e intensificou as suas discussões internas e com parceiros nacionais e congéneres estrangeiros no sentido de potenciar as sinergias de fundos estruturais com as linhas programáticas do Horizonte 2020.

Importa ainda referir os trabalhos internos de discussão das oportunidades e possibilidades de criação de sinergias entre os fundos europeus competitivos (H2020) e os fundos do Portugal 2020 geridos pela agência, mediante uma articulação alargada entre unidades, que também alimentou a posição da ANI em fóruns internacionais relevantes nesta matéria.

POLÍTICAS E PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO

Unidade de Negócio de Promoção Integrada do Apoio à I&D Empresarial

No âmbito da promoção integrada do apoio à I&D empresarial, para além da continuação do esforço de promoção dos instrumentos disponíveis em múltiplas sessões públicas para as quais a participação da ANI foi solicitada, foi iniciado um trabalho de produção de um conjunto de conteúdos de suporte a uma apresentação modular, que permita suportar uma comunicação mais eficaz dos diferentes instrumentos e da sua possível utilização pelas empresas.

Por outro lado, assinala-se um reforçado enfoque na preparação de modelos de implementação de sinergias entre fundos, procurando estruturar uma abordagem que garanta o aproveitamento dos resultados dos projetos europeus, criando o contexto de suporte à inovação sequencial e simultâneo, assente numa estratégia multifundo, por forma a maximizar os impactos dos apoios. No âmbito deste trabalho que incide, nesta primeira fase, na promoção e articulação entre EUROSTARS, EUREKA e *Seal of Excellence* com o Portugal 2020, foram propostos novos concursos e a mobilização de novas tipologias para o calendário de 2017.

Unidade de Negócio de *Advisory* e Apoio às Tutelas Ministeriais

Nesta esfera de atividade merece destaque particular o trabalho de apoio à formalização de uma Rede Nacional de Infraestruturas Tecnológicas bem como de um conjunto de apoios que permitam financiar as entidades que a compõe. Para o efeito, e para além do levantamento da realidade destas instituições, já abordado noutras secções do documento, foram realizadas várias sessões de reflexão, envolvendo, em algumas delas, representantes das infraestruturas para auscultação de comentários e sugestões.

Em simultâneo, a ANI apoiou e contribuiu para a reflexão e elaboração de um conjunto de medidas em preparação no Ministério da Economia orientadas para o suporte e consolidação da rede dos centros de interface tecnológico e para o reforço à sua atividade. Nesta perspetiva, o trabalho foi desenvolvido em grande proximidade com o Gabinete do Ministro da Economia, no sentido de contribuir para a conceção, quer de um programa de financiamento a lançar com as referidas medidas, quer de uma Resolução do Conselho de Ministros com vista à autorização e ao enquadramento do mesmo programa.

De destacar também a colaboração com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior no âmbito do apoio prestado ao Programa de Modernização e Valorização do Ensino Politécnico, que visa reforçar e valorizar o impacto dos institutos politécnicos na sociedade e na economia do País. No âmbito deste

programa destaca-se a colaboração da ANI na iniciativa Fórum Politécnico, que visa a discussão entre atores relevantes da sociedade e do tecido produtivo, social e económico, público ou privado, e investigadores, docentes e estudantes de institutos politécnicos, de temas de interesse comum, com vista à operacionalização de iniciativas futuras de investigação baseada na experiência e na prática.

Por fim, importa destacar a assessoria à tomada de decisão no âmbito das políticas de inovação. No quarto trimestre de 2016, a agência prestou suporte à reformulação do regulamento do SIFIDE e contribuiu para a revisão do RECI, nomeadamente, no âmbito dos instrumentos em que a ANI tem maior intervenção.

Unidade de Negócio de Parcerias e Cooperação

No domínio das parcerias e cooperação destaca-se a (re)integração da ANI na TAFTIE – Associação Europeia de Agências de Inovação, assim como a participação na reunião do *Board* de novembro de 2016, bem como no *Policy Forum*. Na referida reunião do *Board* a ANI propôs-se lançar e liderar uma *task-force* focada no tema das competências das agências de inovação nacionais no âmbito da futura geração de programas europeus de apoio à inovação e ao empreendedorismo de base tecnológica, tendo por base a melhoria dos serviços prestados atualmente pela rede *EEN – Enterprise Europe Network*. Propôs-se ainda assumir a Presidência da TAFTIE no ano de 2020, gesto que mereceu a simpatia generalizada de todas as Agências congéneres representadas na reunião.

A atividade levada a cabo pela equipa de parcerias e cooperação, em 2016, engloba a também a resposta às solicitações de auscultação e diálogo por parte do Parlamento Europeu e do Comité de Política Económica e Social no âmbito do processo de avaliação intercalar do Programa-Quadro Horizonte 2020.

Ao nível de cooperações bilaterais, a ANI promoveu inúmeros contactos e iniciativas com vista à cimentação de alianças e parcerias, fundamentais para a persecução do posicionamento ambicionado no panorama internacional de I&D, nomeadamente:

- Articulação com a FCT para a organização da primeira reunião de trabalho da Comissão Mista de implementação do Acordo bilateral Portugal-Israel para cooperação em Ciência e Inovação;
- Negociações com a Embaixada dos EUA e com a *National Science Foundation* com vista a futuras cooperações no âmbito das iniciativas de transferência de tecnologia e de cooperação entre a Academia e o tecido empresarial;
- Contactos com o Instituto Francês e a Embaixada de França em Lisboa com vista a futuras atividades de fomento à cooperação entre redes de interface;

- Diálogo com a rede SATT – Sociedades de Aceleração de Transferência de Tecnologia, de França, no âmbito das atividades de promoção do papel e da articulação dos gabinetes de valorização de conhecimento e transferência de tecnologia das IES, que culminou numa visita de representantes das SATT a Portugal;
- Visita da ANI ao CDTI – Centro para el Desarrollo Tecnológico Industrial, congénere espanhola da ANI que detém presentemente a Presidência da Assembleia do EUREKA, veiculando uma aproximação na perspectiva de troca de experiências e trabalho conjunto;
- Assinatura uma declaração de compromisso, no âmbito da Plataforma China-Europa para a água, para a integração como parceiro num consórcio liderado pelo Ministério do Ambiente da Dinamarca, onde a agência assume responsabilidades ao nível da promoção de eventos de aproximação das comunidades científicas e industriais, assim como a identificação de oportunidades de negócio.

Caracterização do Sistema de Inovação

A caracterização do sistema de inovação é fundamental para a adequada conceção das políticas de suporte à inovação e subsequente desenho dos instrumentos de apoio. Em 2016, realça-se o trabalho que a ANI desenvolveu no tratamento estatístico de caracterização do investimento das empresas nacionais em I&D, da sua participação e desempenho em programas internacionais, incluindo análise por sectores económicos e comparação internacional de desempenho.

Paralelamente, foram promovidos contactos com diversas entidades, de âmbito nacional e internacional, no sentido de obter o financiamento e desenvolver as parcerias necessárias à celebração de acordos e contratos que permitam promover uma avaliação e benchmarking do SI&I.

Face à necessidade de dinamização de um mercado tecnológico, por via da Bolsa de Tecnologia e Negócios, a ANI iniciou, no último trimestre de 2016, uma análise de caracterização dos fluxos de transação e conhecimento e dos estrangulamentos e condicionantes a esses fluxos, de forma a suportar as alterações funcionais e tecnológicas a empreender na BTN, em 2017.

Conselho Coordenador ENEI

A atividade do Conselho Coordenador ENEI assume particular relevância a partir do terceiro trimestre do ano, altura em que a equipa foi reforçada.

A prioridade inicial residiu na coordenação com a AdC – Agência da Coesão no âmbito da sua intenção de participar nas reuniões dos conselhos de inovação regionais, tendo sido trabalhados os modelos de cooperação entre agências de forma a obviar a sobreposições.

As iniciativas levadas a cabo em 2016 associadas ao tema ENEI, dizem respeito a 4 dimensões principais.

A primeira dimensão prende-se com a avaliação e monitorização da ENEI, tendo sido já produzida a primeira versão do relatório de 2014-2016, contando com análises por instrumento de política e por domínio. Ao processo de monitorização e de avaliação foram adicionadas componentes novas, em função dos primeiros indicadores dos projetos mobilizadores que, pela sua abordagem, permitem uma maior perceção da constituição e densificação de cadeias-de-valor.



Figura 24: ENEI - Monitorização e Avaliação - Primeiros Resultados

A segunda dimensão engloba a dinamização do modelo de governação, tendo a agência participado na primeira reunião do Conselho regional de Inovação do Algarve, contribuindo para a estruturação e dinamização dos fóruns de discussão participada nas regiões. A mobilização dos atores continua a ser um dos principais desafios no âmbito da implementação da ENEI.

A terceira dimensão corresponde à preparação do relançamento da ENEI e, em particular, do processo de descoberta empreendedora, apoiado pelos resultados da primeira avaliação. Este relançamento visará analisar e propor a mobilização dos instrumentos de política pública, ajustada às especificidades de cada domínio.

A última e quarta dimensão está relacionada com a preparação da visita da Comissão Europeia a Portugal, e respetiva auditoria que terá lugar segundo trimestre de 2017. Nesse sentido, a ANI tem interagido com a AdC no sentido acelerar a implementação dos modelos de governação da ENEI, bem como de acelerar a operacionalização dos mesmos, visando, essencialmente, introduzir novos níveis de coordenação ENEI/EREI, prevendo-se que 2017 seja o ano de criação de uma nova dinâmica entre os *stakeholders*.

ESTRATÉGIA CORPORATIVA

Desenvolvimento Corporativo

Do ponto de vista de desenvolvimento corporativo, 2016 caracteriza-se pela reunião das condições necessárias à alavancagem do plano de reestruturação, requalificação e redimensionamento da empresa, em 3 áreas principais, basilares, distintas, mas complementares: processos, pessoas e infraestrutura tecnológica e de sistemas de informação.

Destaca-se deste logo, como principal fator para a criação das condições necessárias para a alavancagem operacional, a mudança de instalações da sede da ANI no Porto. As instalações onde a agência laborava até ao momento, para além de muitos outros constrangimento inerentes, condicionava de forma direta o redimensionamento da empresa e, consequentemente a requalificação da estrutura de recursos humanos.

Ainda nesta ótica, o início do ano assinalou a aprovação de 2 candidaturas no âmbito do sistema de apoios à modernização e capacitação da administração pública – SAMA 2020 - totalizando um investimento de 2.584.137,65€, denominados Programa MAIS ANI e Infraestruturas IT ANI. Estes projetos e respetivas iniciativas centram-se num conjunto vasto de processos de transformação pensados para agilizar e modernizar o funcionamento da ANI, potenciando ganhos de eficiência a nível interno e, sobretudo, no relacionamento com as empresas e *stakeholders* do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN).

No âmbito do Programa MAIS ANI, merece particular destaque a conclusão da primeira fase da revisão do modelo organizacional da agência, assente nas 3 principais áreas mencionadas (reestruturação, requalificação e redimensionamento da empresa), e a contratualização da prestação de serviços de *branding* e assessoria de comunicação para o reposicionamento e ativação da marca ANI.

Foi igualmente possível agilizar os processos necessários para a contratação de serviços de consultadoria organizacional, fundamental para garantir que a empresa está bem estruturada e deste modo preparada para os desafios que pretende agarrar no próximo triénio.

Paralelamente, foi iniciado o planeamento da melhoria dos espaços de atendimento ao cliente, potenciada pela mudança de instalações no Porto. Este é um dos *touchpoints* que consideramos importante no relacionamento com o cliente e que durante este ano foi já operacionalizado. Insere-se numa estratégia CRM (*Customer relationship management*) onde a visão 360º do cliente através de múltiplos *touchpoints* com a empresa obrigam ainda a trabalhar um novo portal Web, a comunicação digital e offline, uma ferramenta de CRM, entre outros.

Ao nível do projeto Infraestruturas IT ANI destaca-se o início dos processos inerentes à contratação de serviços de comunicação de dados e voz e aquisição de equipamento ativo de rede (switching) e equipamento terminal *VoIP* para substituição dos atuais, obsoletos, bem como para permitir a interligação entre a ANI e o *data center* da SGME.

Importa referir que projeto Infraestruturas IT ANI tem como principal foco colmatar as deficiências detetadas e melhorar o serviço disponibilizado, numa lógica de racionalização dos ativos de infraestrutura tecnológica e de comunicações, como sejam centros de dados, racionalização de comunicações e organização e gestão da função informática dedicada a gestão e operação de infraestruturas, com significativas economias de escala.

Do ponto de vista de marketing e comunicação, a empresa reforçou a sua participação em múltiplos eventos que permitem posicionar-se junto do seu *target*, com destaque para o envolvimento da ANI na iniciativa e evento “Prémio Produto Inovação COTEC-ANI 2016” e no “*Born From Knowledge*”. A ANI e a TAP formalizaram uma parceria com o objetivo de promover Portugal como o “Next Innovation Hub”. Uma das iniciativas incluídas no âmbito desta parceria foi a participação na edição de outubro da Up Magazine, a revista de bordo da companhia aérea, com uma mensagem de abertura do presidente da ANI, tendo sido inteiramente dedicada a apresentar o melhor da investigação e inovação de base tecnológica em Portugal, por ocasião do Web Summit.

Com o objetivo de disseminar os principais resultados associados à I&D nacional, a ANI celebrou uma parceria de conteúdos com a i9 Magazine de modo a assegurar um canal especializado junto de um público interessado em inovação.

Por outro lado, perseguindo a visão de referência de excelência do Sistema Nacional de I&I, e enquanto suporte ao posicionamento estratégico, foi iniciado um processo de benchmarking que teve como base entidades congéneres europeias.

Ao nível dos recursos humanos, o início do ano foi marcado pelo acolhimento de um elevado número de colaboradores, contratados já no final de 2015.

Iniciou-se também a revisão/ elaboração de uma série de documentos internos de suporte à área de RH, de acordo com o realinhamento estratégico em curso: Regulamento de Assiduidade, Código de Ética e Normas de Conduta, Manual de Acolhimento, etc.

Foi abordado pela primeira vez, e de uma forma sistematizada, o tema da análise de competências, plano de carreiras e formação, tendo-se efetuado um levantamento de necessidades inicial.

O aumento da eficiência dos processos administrativos internos caracteriza também o ano de 2016. Em resultado, salienta-se o lançamento de uma plataforma de deslocações que teve como principal ganho a desmaterialização dos processos associados, e a implementação de *flash reports* mensais.

Ainda ao nível da performance interna, salienta-se a definição e implementação de um ciclo de planeamento e monitorização da performance estratégica da ANI visando, essencialmente, adicionar eficiência aos processos e a avaliação de práticas de boa gestão.

RELATÓRIO ANUAL AUTÓNOMO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

RELATÓRIO ANUAL AUTÔNOMO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO	48
RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO DO SEE	50
Introdução	50
Missão e Objetivos Gerais da Empresa	50
Estrutura do Capital	51
Participações noutras entidades	51
Órgãos Sociais	51
Objetivos de Gestão	53
Gestão do Risco	55
Evolução do prazo médio de pagamentos	55
Diligências no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista	56
Remunerações	56
Código de ética e conduta	60
Estatuto do Gestor Público	60
Contratação Pública	61
Sistema Nacional das Compras Públicas	61
Frota Automóvel	62
Gastos Operacionais	62
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	63
Recomendações Resultantes de Auditorias do Tribunal de Contas	65
Informação a Constar do Site do SEE	65
Quadro Resumo do Cumprimento das Orientações Legais	65
Outras Informações Relevantes	67

RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO DO SEE

Introdução

Nos termos e para os efeitos do previsto no art. 54º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo DL n.º 133/2013, de 3 de outubro³, e no escrupuloso respeito das orientações da Direção-Geral do Tesouro e Finanças nesta matéria, apresentamos, de acordo com as boas práticas, Relatório Anual Autónomo de Boas Práticas de Governo Societário. O presente relatório visa também dar nota do cumprimento dos Princípios de Bom Governo aplicáveis às empresas detidas pelo Estado que se encontram definidos na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de março.

Missão e Objetivos Gerais da Empresa

Tendo por enquadramento o definido nas bases do Plano de Operacionalização da ANI – Agência Nacional de Inovação, que define os termos de referência para a Estratégia e a Atividade da Empresa, a nova ANI espelha o alinhamento entre as políticas de ciência e de economia, tendo como principal objetivo promover o reforço da competitividade nacional através da valorização do conhecimento científico e tecnológico e a sua transformação em crescimento económico.

Neste contexto, e de acordo com o definido pelos Estatutos, a missão da ANI define-se por:

- Reforçar a transferência do conhecimento para o tecido económico;
- Aumentar a participação do sistema científico e tecnológico nacional (SCTN) e empresas nas redes internacionais de I&I;
- Reforçar o investimento empresarial em I&I;
- Promover um ambiente social favorável ao empreendedorismo tecnológico.

³ Na redação atual, dada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro

Estrutura do Capital

O capital social da Agência Nacional de Inovação, S.A., previsto no art. 7º dos Estatutos, é de 5.176.376,50 € (cinco milhões, cento e setenta e seis mil, trezentos e setenta e seis euros e cinquenta cêntimos), integralmente subscrito e realizado e representado por 1.037.350 (um milhão, trinta e sete mil e trezentas e cinquenta) ações com valor nominal unitário de 4,99 € (quatro euros e noventa e nove cêntimos).

O capital social da ANI é detido:

- a) Pela “FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.” (“FCT”), titular de 518.675 (quinhentas e dezoito mil, seiscentas e setenta e cinco) ações, com o valor nominal global de 2.588.188,25 € (dois milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, cento e oitenta e oito euros e vinte e cinco cêntimos), as quais correspondem a 50% (cinquenta por cento) do capital social da Sociedade, e
- b) Pelo “IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.” (“IAPMEI”), titular de 518.675 (quinhentas e dezoito mil, seiscentas e setenta e cinco) ações, com o valor nominal global de 2.588.188,25 € (dois milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, cento e oitenta e oito euros e vinte e cinco cêntimos), que correspondem a 50% do capital social da Sociedade.

Durante o exercício de 2016 nem a estrutura acionista nem a distribuição do capital social sofreram qualquer alteração.

Participações noutras entidades

A Agência Nacional de Inovação, S.A., não adquiriu nem deteve, durante o ano de 2016 quaisquer participações noutras entidades.

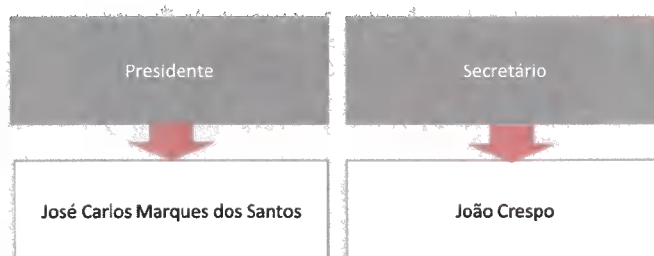
Órgãos Sociais

De acordo com os Estatutos da Empresa, são órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Fiscal Único e o Conselho Consultivo.

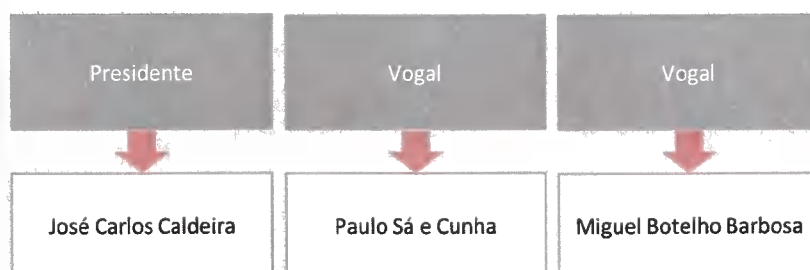
Os titulares dos órgãos sociais em exercício durante o ano de 2015 foram eleitos em Assembleia Geral a 19 de setembro de 2014, tendo iniciado funções a 1 de outubro de 2014.

Os titulares dos órgãos sociais em exercício são os seguintes:

Assembleia Geral



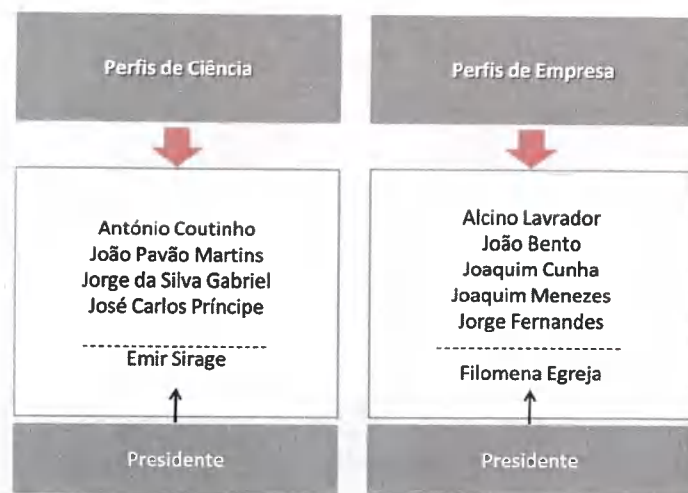
Conselho de Administração



Conselho Consultivo

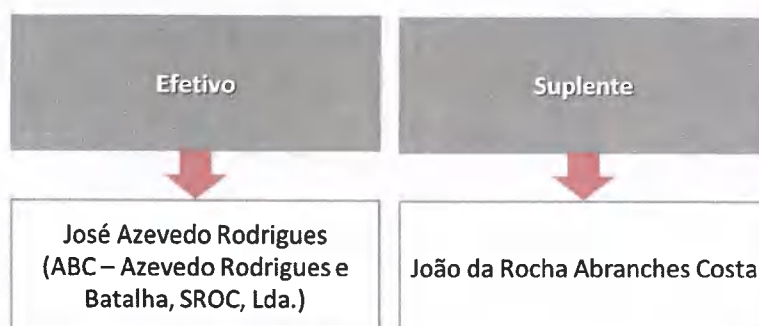
Os estatutos da ANI contemplam a existência deste órgão, que tem por missão acompanhar e apoiar a atividade do CA. É constituído por um número par de personalidades, provenientes em números iguais da comunidade científica e empresarial, incluindo ainda um representante de cada um dos acionistas.

Os elementos que compõem o Conselho Consultivo são escolhidos pela Assembleia Geral, e a sua função é aconselhar o Conselho de Administração sobre as opções da Sociedade, emitindo pareceres não vinculativos, designadamente, sobre o plano de atividades e orçamento, e o relatório de gestão e contas, ambos a apresentar à Assembleia Geral, e ainda sobre outras questões que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.



Órgão de Fiscalização – Fiscal Único

Entenderam os acionistas que a manutenção da figura do Fiscal Único se justifica atendendo à dimensão da sociedade, ao reduzido número de administradores e por não ser incompatível com o previsto no artigo 33.º do RJSPE porquanto a designação do Fiscal Único tem cobertura legal no CSC.



Objetivos de Gestão

Os objetivos de gestão da empresa, que integram um conjunto de indicadores de atividade e de performance financeira, foram definidos no Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2016 e estão traduzidos nos quadros abaixo.

Indicadores de Gestão da Agência Nacional de Inovação

valores em €

Indicadores de Resultados		2016 PAO	2016 Real
Custos		8 079 048	4 533 561
Custos com Pessoal		4 330 649	3 229 999
FSE		3 748 399	1 303 561
Rendimentos Operacionais		9 094 281	4 675 785
Serviços e Atividades de Apoio ao SI&I		1 189 338	400 000
Projetos Europeus		655 397	487 082
Sistema de Incentivos		2 759 221	1 171 183
Financiamento Base		3 839 003	2 317 855
Outros		651 322	299 665
EBITDA		284 108	142 224
Margem de EBITDA		3%	3%
Investimento		1 351 353	106 796

Indicadores de Gestão Externa		2016 PAO	2016 Real
Despesa Desagregada (%)			
Rácio da Despesa com Pessoal		46%	70%
Rácio da Despesa com FSE		40%	28%
Rácio da Despesa em Investimento		14%	2%
Receita Desagregada (%)			
Serviços e Atividades de Apoio ao SI&I		13%	9%
Projetos Europeus		7%	10%
Sistema de Incentivos		30%	25%
Financiamento Base & Outros		49%	56%

Indicadores de Gestão Interna		2016 PAO	2016 Real
Rácio de Cobertura da Despesa Operacional (p/ origem do rendimento)			
Sistemas de Incentivos e Apoio ao SI&I		49%	35%
Projetos Europeus		8%	11%
Financiamento Base		48%	51%

Indicadores de Atividade

			2015_R	2016_P	2016_R
DESEMPENHO GLOBAL					
Promoção da I&D - Reuniões com Clientes			995	1250	1499
Apoio Total Concedido Programas Incentivo sob Gestão			277M€	340M€	354M€
Programas/Projetos sob Gestão/Promoção ANI			7	12	15
SISTEMAS INCENTIVOS I&D	INCENTIVOS FINANCEIROS (QREN/PT2020)	Nº Projetos em acompanhamento no início do período	473	281	281
		Nº Candidaturas Analisadas	267	550	567
		Nº Alegações Contrárias Analisadas	0	140	149
		Candidaturas Aprovadas	88	240	251
		Novos Projetos em Acompanhamento	48	210	223
		Projetos Encerrados	240	230	233
		Projetos em acompanhamento fim período	281	261	271
		Incentivo Aprovado	43,6M€	-	106M€
		Pagamentos a Promotores	58M€	-	26,6M€
	INCENTIVOS FISCAIS	Nº Candidaturas Analisadas	1058	1100	1074
		Crédito Total Solicitado	187M€	-	191M€
		Crédito Total Aprovado	154M€	-	171M€
PROJETOS E INTERNACIONALIZAÇÃO	PROGRAMA QUADRO EUROPEU H2020 PILARES II E III	Propostas Apresentadas PT	1529	-	1116
		Projetos Aprovados PT	159	-	192
		Projetos Coordenados	27	-	53
		Financiamento PT Financiamento Total	79M€ 3.914M€	-	77M€ 4.589M€
		Financiamento Médio por Projeto Aprovado	499k€	-	401K€
		Taxa Financiamento Captado PT	2,0%	-	1,68%
		Taxa Sucesso PT Taxa Sucesso UE	10.3% 9.9%	-	17% 11%
	EUROSTARS	Nº Candidaturas Submetidas	10	20	25
		Nº Candidaturas Aprovadas	2	-	5
		Pagamentos a Promotores	369K	-	53K
	Apoio à Inovação Empresarial	Eventos de Brokerage	22	1	1
		Consultoria em Inovação (empresas apoiadas)	5	39	39
		Manifestações de Interesse Analisadas	48	100	108
		Acordos Comerciais Acompanhados	6	8	8
POLÍTICAS E PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO	Policy Advisory	Áreas Temáticas e Desenho de Programas ¹	1	4	4
		Estudos e Relatórios ²	0	1	1
	ENEI	Relatório Monitorização Implementação ³	0	1	1
		Nº de <i>Working Papers</i> Elaborados ⁴	0	2	2
	Parcerias e Cooperação	Nº Participações em Reuniões de Trabalho ⁵	0	6	6
		Nº Participações em Eventos ⁶	0	7	6
		Participação em MLE promovidos pela EU ⁷	0	2	3

Gestão do Risco

A Gestão do Risco, embora presente na preocupação das diferentes administrações e órgãos de fiscalização da empresa, vinha sendo feita de forma informal e desestruturada, não existindo procedimentos documentados para realizar a avaliação do risco e respetivas medidas de cobertura. Deste modo, o atual Conselho de Administração decidiu, em 2015, iniciar na empresa o desenvolvimento de um processo de gestão de risco, a aplicar de forma transversal a toda a organização, envolvendo as direções de áreas de negócio e corporativas, que permitisse sistematizar metodologias para identificar, analisar e avaliar os principais riscos que pudessem colocar em causa o alcance dos objetivos estratégicos. Face aos

esforços desenvolvidos e alguns resultados relevantes obtidos em 2015, em 2016, deu-se continuidade ao desenvolvimento desse processo não tendo, contudo, sido possível concluí-lo em virtude de a própria reorganização da empresa, não estar também ainda concluída. No entanto, registaram-se progressos significativos face ao alcançado em 2015.

Evolução do prazo médio de pagamentos

Em correspondência com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, verifica-se uma redução de 1,5 dias do prazo médio de pagamentos em 2016 face a 2015.

PMP	2015	2016	Var. 2015/2016
Prazo (dias)	43,5	42	-1,5

Quadro 3: Evolução do prazo médio de pagamentos

Dívidas Vencidas (€)	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	NA	NA	NA	NA	NA
Aq. de Capital	NA	NA	NA	NA	NA
Total					

Quadro 4: Dívidas vencidas 2015

Diligências no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista

Em sede de Assembleia Geral, realizada a 29 de dezembro de 2016, foi discutido, apreciado e aprovado pelos Acionistas o Relatório de Gestão, a proposta de aplicação de resultados e o Parecer do Fiscal Único relativo ao exercício de 2015, sem qualquer ressalva ou recomendação adicional.

A ANI tem zelado pelo cumprimento de todas as recomendações dos Acionistas, ainda que informais, efetuando as diligências necessárias à sua concretização e melhoria do seu desempenho.

Remunerações

Órgãos Sociais

Informação referente aos Órgãos Sociais em funções de 2014 a 2017 (nomeados em Assembleia Geral de 19/09/2014):

Assembleia Geral

Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2016 (€)		
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1)-(2)
2014 - 2017	Presidente	José Marques dos Santos	-	-	-	-
2014 - 2017	Secretário	João Crespo	-	-	-	-

Quadro 5: Identificação Assembleia Geral 2014-2017

Conselho de Administração

As remunerações do Conselho de Administração foram determinadas pela Assembleia Geral da Sociedade, em 19 de setembro de 2014 (Ata nº 30) e conformam-se pelo disposto nas seguintes disposições:

- N.º 1 do artigo 12.º da Lei nº 12-A/2010⁴, de 30 de junho, que veio estabelecer que a remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos executivos e não executivos, incluindo os pertencentes ao setor público local e regional, e dos equiparados a gestores públicos, é reduzida, a título excecional, em 5%;
- Artigo 2.º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, que define nova redução salarial de 10%;
- Artigo 4.º do Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, e no n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 de março, no artigo 29.º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, no artigo 41.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro e no artigo 41º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro que impedem a atribuição de prémios de gestão;
- Artigo 20º, da Lei nº 7-A/2016, de 30 de Março, manteve o pagamento do subsídio de Natal em duodécimos;
- Lei 159-A/2015, de 30 de dezembro, que procede à extinção progressiva da redução remuneratória prevista na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro.

⁴ Na redação da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma	Data	(Identificação Entidade)	Pagadora (O/D)
2014 - 2017	Presidente	José Carlos Caldeira Pinto de Sousa	AG	19/09/2014	-	-
2014 - 2017	Vogal	Miguel Botelho Gomes Barbosa	AG	19/09/2014	-	-
2014 - 2017	Vogal	António Paulo Sá e Cunha	AG	19/09/2014	-	-

Quadro 6: Composição Conselho de Administração 2014-2017

Membro do CA (Nome)	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Valores Mensais Bruto €	
	(S/N)	(A/B/C)	Remuneração Base	Despesas de Representação
José Carlos Caldeira Pinto de Sousa	S	C	5.722,75 €	1.831,28 €
Miguel Botelho Gomes Barbosa	S	C	3.662,57 €	1.465,00 €
António Paulo Sá e Cunha	S	C	3.662,57 €	1.465,00 €

Quadro 7: Remunerações mensais do Conselho de Administração de 2014-2017

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Variável	Fixa	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1) - (2)
José Carlos Caldeira Pinto de Sousa	-	101 141,03 €	101 141,03 €	7 115,88 €	94 025,15 €
Miguel Botelho Gomes Barbosa	-	68 275,02 €	68 275,02 €	4 830,18 €	63 444,84 €
António Paulo Sá e Cunha	-	68 275,02 €	68 275,02 €	4 830,18 €	63 444,84 €

Quadro 8: Remunerações anuais do Conselho de Administração de 2014-2017

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Protecção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor			Identificar	Valor
José Carlos Caldeira Pinto de Sousa	4,27 €	525,21 €	Seg. Social	22 330,97 €	-	-	-	-
Miguel Botelho Gomes Barbosa	4,27 €	721,63 €	Seg. Social	15 068,15 €	-	-	-	-
António Paulo Sá e Cunha	4,27 €	768,60 €	Seg. Social	10 404,95 €	211,28 €	-	-	-

Quadro 9: Benefícios Sociais do Conselho de Administração 2014-2017

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
José Carlos Caldeira Pinto de Sousa	80,00 €	788,47 €	
Miguel Botelho Gomes Barbosa	80,00 €	801,66 €	
António Paulo Sá e Cunha	80,00 €	755,44 €	

Quadro 10: Gastos com comunicações móveis do Conselho de Administração 2014-2017

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	N.º Prest. Contratuais Remanescentes
José Carlos Caldeira Pinto de Sousa	S	N	1)	Aquisição	2003	-	-	-	-
Miguel Botelho Gomes Barbosa	S	N	1)	Aquisição	2008	-	-	-	-
António Paulo Sá e Cunha	S	N	1)	Aquisição	2004	-	-	-	-

Quadro 11: Encargos com viatura do Conselho de Administração 2014-2017

Nota 1): Não foi considerado qualquer valor de referência para as viaturas afetas aos Membros do Conselho de Administração dado que as viaturas se encontram totalmente depreciadas.

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Definido para Combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Observações
José Carlos Caldeira Pinto de Sousa	457,82 €	2 205,90 €	555,79 €	2 331,25 €	461,29 €	1)
Miguel Botelho Gomes Barbosa	366,25 €	1 808,74 €	862,49 €	946,60 €	533,40 €	1)
António Paulo Sá e Cunha	366,25 €	3 888,90 €	2 095,01 €	3 838,57 €	629,60 €	1)

Quadro 12: Gastos anuais associados às viaturas do Conselho de Administração 2014-2017

Nota 1): A ANI tem a sua sede no Porto e instalações em Lisboa sendo necessário a Administração, no âmbito das suas atividades, proceder a diversas deslocações semanais entre estes dois locais. Apesar de todas as medidas de contenção de despesa, nomeadamente reuniões via videoconferência e utilização de transportes alternativos como o comboio, nem sempre é possível, com estas duas soluções, suprir todas as necessidades e solicitações ao Conselho de Administração, pelo que se verifica um incremento significativo no custo com combustível.

Do mesmo modo, a constante participação do Eng.º António Paulo Sá e Cunha em reuniões com as diversas Autoridades de Gestão (Alentejo, Algarve, Centro e Norte) redundou num acréscimo significativo nas deslocações nacionais.

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificar	Valor	
José Carlos Caldeira Pinto de Sousa	13 864,47 €	3 884,93 €	4 410,13 €	-	-	22 159,53 €
Miguel Botelho Gomes Barbosa	8 070,19 €	637,00 €	1 280,14 €	-	-	9 987,33 €
António Paulo Sá e Cunha	1 364,25 €	- €	- €	-	-	1 364,25 €

Quadro 13: Gastos anuais associados a deslocações em serviço do Conselho de Administração 2014-2017

Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Contratada
		Nome	Número	Forma (1)	Data	
2014 - 2017	Fiscal Único	ABC - Azevedo Rodrigues e Batalha, SROC, LDA representado pelo Professor Dr. José Maria Monteiro Azevedo Rodrigues	681	AG	19/09/2014	9 480,00
2014 - 2017	Fiscal Único Suplente	João da Rocha Abrantes Costa	742	AG	19/09/2014	

Quadro 14: Identificação Fiscal Único 2014-2017

Restantes Trabalhadores

Durante o ano de 2016 os funcionários do setor empresarial do Estado viram os seus regimes remuneratórios evoluir ao longo do ano de acordo com o estipulado na Lei 159-A/2015, de 30 de dezembro, que veio operar a extinção progressiva da redução remuneratória prevista na Lei nº 75/2014, nos seguintes termos:

- a) A partir de 1 de janeiro de 2016, operou-se uma reversão de 40 % na redução remuneratória;
- b) A partir de 1 de abril de 2016, operou-se uma reversão de 60 % na redução remuneratória;
- c) A partir de 1 de julho de 2016, operou-se uma reversão de 80 % na redução remuneratória;
- d) A partir de 1 de outubro de 2016, verificou-se a eliminação completa da redução remuneratória.

Em 2016 manteve-se o pagamento aos trabalhadores do subsídio de Natal em duodécimos: primeiro, nos termos do Artigo 35º, da Lei 82-C/2013, de 31 dezembro, e posteriormente nos termos do Artigo 20º, da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

Código de ética e conduta

No sentido de continuar a promover a adoção das melhores práticas de funcionamento das organizações, em 2016 o Conselho de Administração reforçou, por diversos meios, a imperatividade do rigoroso cumprimento do Código de Ética e Normas de Conduta aprovado em 24 de agosto de 2015, a ser observado pelos colaboradores da ANI no exercício das suas funções, tendo sido dispensado um especial cuidado às questões da prevenção de conflitos de interesses.

Estatuto do Gestor Público

Nos termos do Estatuto do Gestor Público (EGP) aprovado pelo DL n.º 71/2007, de 27 de Março⁵, em conjugação com a RCM n.º 16/2012, que aprova os critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos, assim como a classificações atribuídas às empresas constantes do seu anexo em três grupos (A, B e C), a ANI foi classificada no grupo C, com efeitos ao nível da fixação das remunerações dos membros dos órgãos sociais.

O DL 133/2013⁶, de 3 de outubro que aprova o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, integra inequivocamente a ANI no seu âmbito de aplicação, estando a empresa obrigada ao cumprimento dos deveres e obrigações previstos no referido diploma e demais legislação conexa.

Em Assembleia Geral, realizada a 19 de setembro de 2014, foi decidido proceder à eleição de novos Órgãos Sociais, sendo que o seu estatuto remuneratório foi calculado nos termos da classificação atribuída à ANI para efeitos de sua remuneração.

Mais se refere que a ANI cumpre o estipulado no artigo 32.º do EGP, nomeadamente, no que respeita à não utilização para uso pessoal de cartões de crédito pelo Conselho de Administração e o não reembolso de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Contratação Pública

No que respeita à aplicação das regras de contratação pública, a ANI está sujeita ao cumprimento do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo DL 18/2008, de 29 de janeiro, por força do disposto no seu Artigo 2.º, n.º 2, alínea a), bem como da demais legislação e regulamentação nacional e comunitária nesta matéria.

A ANI, nos seus processos aquisitivos, norteia-se pelos princípios gerais da contratação pública e, em especial, da igualdade, da não discriminação, concorrência e transparência sem, todavia, perder de vista outros valores igualmente relevantes como sejam a economicidade ou boa gestão financeira dos recursos públicos e a seleção da proposta mais adequada à realização do interesse público. As decisões que autorizam a realização de despesa têm como pressuposto a necessidade e justificação da contratação a

⁵ Alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro e pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro e alterado pelo DL n.º 39/2016, de 28/07.

⁶ Alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

par da proposta de escolha do procedimento mais adequado, seguindo a tramitação prevista no CCP. A condução e acompanhamento dos concretos procedimentos de contratação pública é feita no cumprimento do disposto no Código dos Contratos Públicos sendo que a ANI, no seguimento das melhores práticas adotadas neste âmbito, tramita os seus procedimentos de ajuste direto em plataforma eletrónica (ComprasPt).

Em cumprimento do disposto quer no CCP quer no da legislação aplicável ao Setor Público Empresarial as aquisições resultantes de procedimentos de contratação pública são publicitadas no Portal BASE e no site da ANI. A listagem dos procedimentos de contratação pública tramitados pela ANI, enquanto entidade adjudicante, pode ser consultada aqui:

<http://www.base.gov.pt/Base/pt/ResultadosPesquisa?type=contratos&query=adjudicanteid%3D39864>

Sistema Nacional das Compras Públicas

O Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) é gerido pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (eSPap). A ANI é uma entidade adquirente voluntária, vinculada ao SNCP por contrato de adesão celebrado com a eSPap, podendo, nessa qualidade beneficiar dos instrumentos de contratação disponibilizados por esta entidade, não sendo, todavia, obrigada a fazê-lo. Sempre que conveniente a ANI aderiu aos acordos-quadro em vigor, através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Economia.

Frota Automóvel

A 31 de dezembro de 2016, a ANI possuía 7 viaturas, sendo 4 disponíveis para uso dos colaboradores e distribuídas pelas instalações de Lisboa e Porto.

As viaturas operacionais encontravam-se totalmente obsoletas, com mais de 14 anos de utilização e uma média superior a 310.000 Km.

As viaturas adstritas à Administração encontravam-se igualmente em avançado estado de utilização, com mais de 7 anos de uso e uma média de mais de 380.000 Km.

Em sede das orientações previstas no n.º 4 do Artigo 61.º da Lei n.º 33/2015, de 27 de abril, verifica-se uma redução de 11% dos custos com a frota automóvel face a 2015, derivado, essencialmente, do

controle de custos implementado com as suas manutenções e da redução da utilização da frota com deslocações.

Gastos Operacionais

No ano de 2016 os gastos operacionais sofreram um aumento face aos gastos operacionais de 2015 em virtude de estar a empresa em pleno processo de relançamento e aumento da sua atividade, que resulta num efeito combinado de dois fatores. Por um lado, o aumento do número de pessoas e, por outro, o aumento da atividade da empresa (seja por efetivo aumento do portfólio de atividades, seja pela nova dinâmica conferida a um conjunto de atividades existentes). Importa em todo o caso referir que:

- i. A variação nas rubricas de deslocações/estadas e ajudas de custo, apesar da sua polaridade, não deixa de ter associado um significativo esforço de contenção e racionalização de despesa;
- ii. Relativamente à rubrica de comunicações, não obstante o aumento verificado, prevêem-se reduções e otimizações de custos ainda mais significativas, per capita, resultantes da renegociação de contratos e da adesão a serviços disponibilizados centralmente pelo Estado;
- iii. No desenvolvimento de um projeto como este, que implica a criação de uma organização com uma nova ambição, é natural que a contratação de recursos humanos ocorra de forma faseada, neste caso, previsivelmente, até ao final do ano de 2017.
- iv. Foram tomadas as diligencias necessárias no sentido de submeter à avaliação das tutelas setoriais e tutela financeira a elegibilidade de exceção, relativamente ao acréscimo dos gastos com ajudas de custo, deslocações e estadas e dos gastos associados à frota automóvel, bem como a não redução do número de veículos do seu parque automóvel, o cumprimento do disposto termos do n.º 3 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, na redação que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 35-A/2016, de 30 de junho, com base nos fundamentos expostos pela empresa e nos termos do n.º 4 do mesmo artigo, e seja também excecionado o aumento dos gastos com pessoal do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 95.º do mesmo diploma.

PRC	Meta	2016 Exec.	2015 Exec.	2014 Exec.	2013 Exec.	2012 Exec.	2011 Exec.	2010 Exec.	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
									2016/2015		2016/2010	
EBITDA												
(1) CMVMC		0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
(2) FSE		1 303,56	2 202,42	1 946,15	1 055,34	1 127,08	1 196,10	1 446,74	-898,86	-41%	-143,18	-9,90%
Deslocações/Estadas		133,68	79,20	47,32	36,40	74,12	117,85	157,46	54,48	69%	-	-
Ajudas de custo		32,77	11,38	4,57	2,06	13,04	30,00	36,09	21,39	188%	-	-
Comunicações		56,88	49,75	52,35	60,79	71,00	76,70	78,73	7,13	14%	-	-
(3) Gastos com o pessoal		3 230,00	1 865,85	1 912,52	1 803,96	2 209,02	2 523,68	2 921,72	1 364,15	73%	308,28	10,55%
(3.1) dos quais indemnizações	n.a.	0,00	49,73	0,00	15,50	828,98	48,54	0,00	-49,73	-	-	-
(4) Total Gastos =(1)+(2)+(3)-(3.1)		4 533,56	4 018,54	3 858,66	2 843,79	2 507,11	3 671,24	4 368,46	515,02	13%	165,10	3,78%
(5) Volume de Negócios		38,80	34,38	46,70	112,12	1,04	4,82	0,67	4,42	13%	-	-
Peso dos Gastos/VM (4)/(5)		116,86	116,9	82,63	25,36	2 418,66	761,49	6 552,96	-0,04	0%	-6 436,10	-98,22%
Número RH	-3% face 2012	88	84	55	57	72	81	n.a.	4,00	5%	n.a.	n.a.
N.º Efetivos		48	34	32	32	32	37	n.a.	14,00	41%	n.a.	n.a.
N.º Cargos de Direção		3	3	3	1	3	2	n.a.	0,00	0%	n.a.	n.a.
N.º Efetivos/Cargos Direção		11	11	11	32	11	19					
Viaturas												
N.º de viaturas		7	7	7	7	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00%	n.a.	n.a.
Gastos com viaturas		29,95	33,60	39,46	38,55	n.a.	n.a.	n.a.	-3,65	-11%	n.a.	n.a.

Quadro 15: Medidas de redução de gastos operacionais

Em 2016 verificou-se um aumento dos custos operacionais de 13% face a 2015, consequência direta do aumento significativa de colaboradores entre os dois períodos mas também líquido do efeito de uma acrescida racionalização dos gastos com fornecimentos e serviços externos.

A ANI como Organismo Técnico competente para a gestão de projetos SI&DT em Copromoção, Demonstradores, Mobilizadores, Núcleos de I&D, Propriedade Intelectual, Internacionalização da I&D e SIAC rege-se por um conjunto de deveres e obrigações descritos nos Protocolos assinados com as diversas Autoridades de Gestão (POFC, POR Alentejo, POR Algarve, POR Centro, POR Lisboa e POR Norte). No âmbito dos seus deveres, destaca-se as metas de execução definidas pelas Autoridades de Gestão, e pelo próprio Governo, com influência significativa na necessidade de proceder ao encerramento de projetos SI&DT e consequentemente na obrigatoriedade da realização de visitas técnicas de acompanhamento in loco no sentido de aferir o cumprimento dos objetivos contratados e proceder ao respetivo encerramento de cada projeto SI&DT.

As visitas técnicas de acompanhamento são asseguradas pelos recursos técnicos da ANI em conjunto com um perito independente, especialista na área tecnológica do projeto, que emite um relatório técnico final da execução do projeto.

Verifica-se, no entanto, o cumprimento da redução de custos com fornecimentos e serviços externos (-41%).

No que respeita aos Recursos Humanos verifica-se o cumprimento do esforço de redimensionamento previsto no Plano de Atividades e Orçamento de 2016, elaborado conforme instruções da DGTF, tendo o prolongamento do processo de recrutamento para o ano de 2016 sido autorizado por despacho de Sua

Excelência o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em 18 de dezembro de 2015 e de Sua Excelência o Senhor Ministro da Economia, em 27 de janeiro de 2016.

No caso do indicador “Órgãos Sociais” a que corresponde o Conselho de Administração, cumpre especificar que nos termos do Artigo 18.º dos Estatutos da ANI, o Conselho de Administração deve ser composto por 3 membros.

No que diz respeito à frota automóvel, conforme já referido anteriormente, fruto do esforço demonstrado na contenção de despesa, a ANI conseguiu reduzir os gastos comparativamente com 2015, registando-se uma redução de 11% mesmo considerando a necessidade imperativa de proceder à manutenção da frota existente (deve notar-se que os 4 veículos operacionais foram adquiridos em 1998 e que o veículo mais recente, adquirido em 2008, se encontra em elevado estado de utilização).

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Observando o Princípio de Unidade de Tesouraria e nos termos do Artigo 28.º do DL nº 133/2013, de 3 de outubro, a ANI dispõe de contas bancárias abertas junto do IGCP, EPE (IGCP), todavia dadas as limitações de ordem técnica apresentadas no funcionamento da plataforma de “online banking” desta entidade o Conselho de Administração entendeu, por razões de precaução, manter aberta conta corrente da banca comercial, junto do Banco BPI no valor de €120.000 ou um montante não superior a 5% do total das disponibilidades da empresa.

Recomendações Resultantes de Auditorias do Tribunal de Contas

Em 2016, a ANI não foi objeto de qualquer auditoria pelo Tribunal de Contas não tendo por isso recebido recomendações de melhoria de procedimentos.

Informação a Constar do Site do SEE

As empresas públicas integram o Sector Público Empresarial, cujo regime jurídico foi aprovado pelo DL nº 133/2013, de 3 de outubro.

O SEE é constituído pelo conjunto das unidades produtivas do Estado, organizadas e geridas de forma empresarial, integrando as empresas públicas, as empresas participadas, e as entidades públicas empresariais.

O site do SEE é gerido e administrado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) através do seguinte endereço: <http://www.dgtf.pt/sector-empresarial-do-estado-see/informacao-sobre-as-empresas>.

Recai sobre as empresas detidas diretamente pelo Estado a obrigação de apresentar informação institucional no referido site.

Sendo a ANI detida de forma indireta pelo Estado encontra-se dispensada de apresentar informação no site do SEE. Ainda assim, a empresa disponibiliza a toda a informação nos sites (www.ani.pt), e (www.adi.pt).

Quadro Resumo do Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação ou Identificação	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de Gestão / Planos de Atividade e Orçamento			
Objetivos 1 ^(a)	N.A.		
Objetivos 2 ^(a)	N.A.		
Objetivos 3 ^(a)	N.A.		
Gestão de Risco Financeiro	N.A.		
Limites de Crescimento do Endividamento	N.A.		
Evolução do PMP a fornecedores	S	42 dias	Ponto 8
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	N.A.		
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Recomendação 1	N.A.		
Recomendação 2	N.A.		
Etc.	N.A.		
Remunerações			Ponto 10
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41º e da Lei 83-C/2013	S	N.A.	
Órgãos sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2014	S	16 776,24 €	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 73º da Lei 83-C/2013	N.A.		
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 39º da Lei 83-C/2013	S		
Artigo 32º do EGP			Ponto 10 / Ponto 12
Utilização de cartões de crédito	S		
Reembolso de despesas de representação Pessoal	S		
Contratação Pública			Ponto 13
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		
Auditorias do tribunal de Contas^(b)	N.A.		Ponto 18
Recomendações			
Parque Automóvel			Ponto 15
N.º de Viaturas	S	7	
Gastos com Viaturas	S	3 653,45 €	Redução de 11% face a 2015
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61º da Lei n.º 83-C/2013)	S		Ponto 16
Redução de Trabalhadores (artigo 60º da Lei n.º 83-C/2013)			
N.º de trabalhadores	N	5,00%	84 em 2015 para 88 em 2016
N.º de cargos dirigentes	S	0%	
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123º da Lei 83-C/2013)			Ponto 17
Disponibilidades Centralizadas no IGCP	N	10,12%	Dificuldade na transferência das Disponibilidades devido a limitações nas funcionalidades disponibilizadas.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.		

Quadro 16: Quadro resumo do cumprimento das orientações legais

Outras Informações Relevantes

Não existe, à data da elaboração deste relatório, outra informação relevante.

CONTAS DE 2016

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

Balanço (Individual ou Consolidado) em 31.12.2016

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	573 366,97	551 955,25
Propriedades de Investimento	9	1 252 940,00	1 107 774,95
Goodwill		0,00	0,00
Ativos Intangíveis	7	24 881,90	5 398,25
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos		0,00	0,00
Acionistas / Sócios		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	16	18 350,95	11 534,04
		1 869 539,82	1 676 662,49
Ativo Corrente			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes	17	753,25	753,25
Adiantamento a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	16	11 727,07	16 620,31
Acionistas / Sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber	17	3 746 151,87	3 002 422,14
Diferimentos		16 912,50	35 734,35
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	9 805 792,35	7 507 952,27
		13 581 337,04	10 563 482,32
Total do Ativo		15 450 876,86	12 240 144,81

Balanco (Individual ou Consolidado) em 31.12.2016

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		5 176 376,50	5 176 376,50
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prêmios de emissão		0,00	0,00
Reservas Legais		196 755,02	193 249,90
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados Transitados		-1 008 097,57	-1 064 518,12
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização	7:8	125 481,84	127 904,52
Outras variações no capital próprio	13	91 844,11	25 667,88
Resultado líquido do período		19 080,19	70 102,34
Interesses minoritários		0,00	0,00
Total do Capital próprio		4 601 440,09	4 528 783,02
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	16	73 802,14	43 315,30
Outras contas a pagar	17	3 825 940,62	3 825 940,62
		3 899 742,76	3 869 255,92
Passivo corrente			
Fornecedores	17	138 908,66	153 549,24
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	16	119 136,07	66 028,54
Acionistas / Sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	17	6 683 231,09	3 607 286,07
Diferimentos		8 418,19	15 242,02
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		6 949 694,01	3 842 105,87
Total do Passivo		10 849 436,77	7 711 361,79
Total do Capital Próprio e do Passivo		15 450 876,86	12 240 144,81

Quadro 17: Balanço

Administração

Contabilista Certificado Nº 43860

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Demonstração de Resultados por Naturezas (Individual / Consolidada)

Período Findo em 31.12.2016

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	11	38 795,00	34 375,00
Subsídios à exploração	13	4 386 084,29	4 021 164,49
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conj.		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-1 303 561,41	-2 202 420,19
Gastos com o pessoal	18	-3 229 999,39	-1 865 848,65
Imparidade de inventários (perdas / reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	10	0,00	-5 477,50
Provisões (aumentos / reduções)		0,00	0,00
Imparidades de ativos não depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)		0,00	0,00
Aumentos / reduções de justo valor		174 590,10	0,00
Outros rendimentos e ganhos	11	148 602,08	259 224,33
Outros gastos e perdas		-42 286,29	-12 589,71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		172 224,38	228 427,77
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7;8	-85 536,61	-178 975,84
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		-30 985,94	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		55 701,83	49 451,93
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		55 701,83	49 451,93
Imposto sobre o rendimento do período	16	36 621,64	-20 650,41
Resultado líquido do período		19 080,19	70 102,34
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
Resultado Líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe		0,00	0,00
Interesses minoritários		0,00	0,00
		0,00	0,00
Resultado por ação básico		0,00	0,00

Quadro 18: Demonstração Resultados

Administração

Contabilista Certificado Nº 43860



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstração de Fluxos de Caixa (Individual / Consolidada)

31.12.2016

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 016	2 015
<u>Fluxos de Caixa das atividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes	-	75 652,22	188 318,94
Pagamentos a fornecedores	-	-1 487 691,81	-2 281 940,59
Pagamentos ao pessoal	18	-2 383 015,30	-1 026 208,63
Caixa gerada pelas operações	-	-3 795 054,89	-3 119 830,28
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento	-	16 583,84	-7 885,37
Outros recebimentos / pagamentos	-	6 208 491,45	6 200 828,22
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-	2 430 020,40	3 073 112,57
<u>Fluxos de Caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	8	-83 877,52	-10 208,34
Ativos intangíveis	7	-2 314,80	-2 286,75
Investimentos financeiros	-	0,00	0,00
Outros ativos	-	-45 988,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	-	0,00	0,00
Ativos intangíveis	-	0,00	0,00
Investimentos financeiros	-	0,00	0,00
Outros ativos	-	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	-	0,00	13 318,04
Juros e rendimentos similares	17	0,00	1 228,28
Dividendos	-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-	-132 180,32	2 051,23
<u>Fluxos de Caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	-	0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	-	0,00	0,00
Doações	-	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	-	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	0,00	0,00
Juros e gastos similares	-	0,00	0,00
Dividendos	-	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-	2 297 840,08	3 075 163,80
Efeito das diferenças de câmbio	-	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	-	7 507 952,27	4 432 788,47
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	9 805 792,35	7 507 952,27
		0,00	

Quadro 19: Demonstração Fluxos de Caixa

Administração

Contabilista Certificado Nº 43860

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Demonstração (Individual ou Consolidado) das Alterações no Capital Próprio no Período 2015

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												
	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transfidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do período	Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	5 176 376,50	0,00	0,00	0,00	180 264,05	0,00	-1 090 515,7	0,00	127 084,62	59 716,74	4 586 373,04
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contábil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábeis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-30 733,29	0,00	819,90	28 599,75	0,00	-1 313,64
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	2 985,84	0,00	56 730,90	0,00	0,00	-126 378,72	-59 716,74	-126 378,72
2	0,00	0,00	0,00	0,00	2 985,84	0,00	25 997,61	0,00	819,90	-97 778,97	-59 716,74	-127 692,36
3												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												
4=2+3												
RESULTADO INTEGRAL												
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prêmios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 064 518,1	0,00	127 904,52	25 667,88	70 102,34	4 528 783,02
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N-1												
6=1+2+3+5	5 176 376,50	0,00	0,00	0,00	193 249,90	0,00	-1 064 518,1	0,00	127 904,52	25 667,88	70 102,34	4 528 783,02

Agência Nacional de Inovação, S.A.

Demonstração (Individual ou Consolidado) das Alterações no Capital Próprio no Período 2016

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe													
	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transfidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do período	Total	Interesses Minoritários
6 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	5 176 376,50	0,00	0,00	0,00	193 249,90	0,00	-1 064 518,12	0,00	127 904,52	25 667,88	70 102,34	4 528 783,02	0,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contábil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábeis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10 176,67	0,00	683,32	-18 665,10	0,00	-28 158,45	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	3 505,12	0,00	66 597,22	0,00	-3 106,00	84 841,33	-70 102,34	81 735,33	0,00
7 Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	3 505,12	0,00	56 420,55	0,00	-2 422,68	66 176,23	-70 102,34	53 576,88	0,00
8 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											19 080,19	19 080,19	0,00
9=7+8 RESULTADO INTEGRAL											-51 022,15	72 657,07	0,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prêmios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N													
11=6+7+8+10	5 176 376,50	0,00	0,00	0,00	196 755,02	0,00	-1 008 097,57	0,00	125 481,84	91 844,11	19 080,19	4 601 440,09	0,00

Quadro 20: Demonstração das alterações no capital próprio

Administração

Contabilista Certificado Nº 43860

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Despesa em I&D por setor de execução (em % do PIB)	3
Figura 2: Evolução Investimento em I&D setor empresarial.....	4
Figura 3: Procura Incentivos Financeiros I&D Colaborativa: 1ºs concursos QREN vs. 1ºs e 2ºs concursos PT 2020.....	4
Figura 4: Modelo de Governação da ANI	11
Figura 5: Estrutura Acionista e Órgãos Sociais da ANI.....	12
Figura 6: Composição da Mesa da Assembleia Geral.....	12
Figura 7: Composição do Conselho de Administração	13
Figura 8: Composição do Conselho Consultivo	13
Figura 9: Composição do Órgão de Fiscalização.....	14
Figura 10: Orientações determinadas pela gestão e impacto na empresa	14
Figura 11: Macroestrutura Orgânica.....	15
Figura 12: Eixos estratégicos e linhas de atuação da empresa	16
Figura 13: Posicionamento da empresa e intervenção ao longo da cadeia de valor	17
Figura 14: Apoio Concedido - Programas/Projetos sob gestão ou promoção da ANI (M€)	20
Figura 15: Distribuição do apoio concedido por tipologia de entidade beneficiária.....	21
Figura 16: Atividade Comercial da ANI – Promoção da I&D e Reuniões com Clientes (Participações)	22
Figura 17: Plano de reestruturação, requalificação e redimensionamento da empresa	23
Figura 18: Indicadores Atividade Incentivos Financeiros	28
Figura 19: Evolução desempenho SIFIDE	30
Figura 20: Levantamento Infraestruturas Tecnológicas por tipologia.....	31
Figura 21: Mapeamento Infraestruturas Tecnológicas por distrito	32
Figura 22: Ações de divulgação H2020.....	36
Figura 23: Resultados participação PT - SME INSTRUMENT.....	37
Figura 24: ENEL - Monitorização e Avaliação - Primeiros Resultados	43

ÍNDICE QUADROS

Quadro 1: Indicadores de Atividade da ANI	18
Quadro 2: Indicadores de Gestão ANI	19
Quadro 3: Evolução do prazo médio de pagamentos	56
Quadro 4: Dívidas vencidas 2015	56
Quadro 5: Identificação Assembleia Geral 2014-2017	57
Quadro 6: Composição Conselho de Administração 2014-2017	58
Quadro 7: Remunerações mensais do Conselho de Administração de 2014-2017	58
Quadro 8: Remunerações anuais do Conselho de Administração de 2014-2017	58
Quadro 9: Benefícios Sociais do Conselho de Administração 2014-2017	58
Quadro 10: Gastos com comunicações móveis do Conselho de Administração 2014-2017	58
Quadro 11: Encargos com viatura do Conselho de Administração 2014-2017	59
Quadro 12: Gastos anuais associados às viaturas do Conselho de Administração 2014-2017	59
Quadro 13: Gastos anuais associados a deslocações em serviço do Conselho de Administração 2014-2017	59
Quadro 14: Identificação Fiscal Único 2014-2017	60
Quadro 15: Medidas de redução de gastos operacionais	64
Quadro 16: Quadro resumo do cumprimento das orientações legais	67
Quadro 17: Balanço	70
Quadro 18: Demonstração Resultados	71
Quadro 19: Demonstração Fluxos de Caixa	72
Quadro 20: Demonstração das alterações no capital próprio	74

ANEXO ÀS CONTAS DE 2016

1 - Identificação da entidade

1.1 - Designação da entidade

AGÊNCIA NACIONAL DE INOVAÇÃO, S.A.

1.2 - Sede

Rua de Sagres, Nº11

1.3 - Endereço Eletrónico

ani@aninov.pt

1.4 - Página da Internet

www.aninov.pt

1.5 - Natureza da atividade

Outras atividades de consultoria para os negócios e a gestão

2 - Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As Demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contábilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Todas as contas são comparáveis com as contas do período anterior.

3 - Principais políticas contábilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos similares suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de “ativos fixos tangíveis” e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados nos itens “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente.

O modelo de reconhecimento das propriedades de investimento é equivalente ao referido para os ativos fixos tangíveis.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem, nos respetivos itens de gastos. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de propriedades de investimento.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método da equivalência patrimonial no item “Investimentos financeiros – método da equivalência patrimonial”.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das empresas detidas. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida, à data da aquisição, é considerado “Goodwill”, sendo reconhecido no ativo e a sua recuperação sujeita a teste de imparidade. Caso a diferença seja negativa (“Goodwill negativo”), é reconhecido na demonstração dos resultados.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo ‘Provisões’ para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas e com base na taxa normal de IRC em vigor à data de balanço.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros Valores a Receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por Imparidade Acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de “Outras variações nos capitais próprios”. são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

Para além das políticas contabilísticas referidas anteriormente, existe um esquema contabilístico próprio desde 2006, que visa espelhar com clareza os fluxos de Projetos com Assistência Técnica (“Projetos ANI”) e os fluxos dos Projetos de Promotores.

Esta metodologia de contabilização está refletida na conta 278 – “Outros Devedores e Credores”, que suporta todo o fluxo contabilístico desde o momento da celebração do contrato com a Entidade Financiadora até ao seu encerramento e respetivo apuramento de resultados.

3.3 — Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Foi entendimento da Administração da ANI, S.A. que valor dos incentivos reembolsáveis à guarda da ANI, S.A. no montante de € 3.825.940,62 deverão ser classificados como Passivo Não Corrente pelos seguintes motivos:

- Não se espera que o referido montante seja liquidado durante o ciclo operacional normal da ANI, S.A.;
- O montante não é detido com a finalidade de ser negociado;
- Não se espera que seja liquidado num período até doze meses após a data de Balanço (em concordância com a atividade histórica relativa à gestão deste montante);
- Apesar de não existir um direito incondicional de diferir a liquidação do Passivo, a Administração da ANI, S.A. está segura que a exigência do mesmo, caso exista, será sempre programada para ocorrer fora do ultimo Plano de Atividades e Orçamento aprovado em Assembleia Geral.

3.4 — Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

À data do Encerramento de Contas do Exercício Económico de 2016 pressupõe-se a continuidade de operações por parte da Agência Nacional de Inovação, S.A. durante o ano de 2017.

3.5 — Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

À data do Encerramento de Contas do Exercício Económico de 2016, não existem estimativas com risco significativo de provocar ajustamentos materialmente relevantes durante o ano financeiro de 2017.

4 - Fluxos de caixa

4.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários, conforme quadro abaixo discriminado.

Mapa Nota 4.1 (NCRF 1)

Valores expressos em milhares

Meios financeiros líquidos constantes do balanço

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2016		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	2.000,00	0.000	2.000,00
	Subtotais	2.000,00	0.000	2.000,00
Depósitos bancários	Depósitos à ordem (Próprios)	5.039.128,08	0.000	5.039.128,08
	Depósitos à Ordem (Terceiros)	0.000	4.764.664,27	4.764.664,27
	Subtotais	5.039.128,08	4.764.664,27	9.803.792,35
Totais		5.041.128,08	4.764.664,27	9.805.792,35

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2015		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	2.000	0.000	2.000
	Subtotais	2.000	0.000	2.000
Depósitos bancários	Depósitos à Ordem (Próprios)	2.786.290,93	0.000	2.786.290,93
	Depósitos à Ordem (De Terceiros)	0.000	4.719.661,34	4.719.661,34
	Subtotais	2.786.290,93	4.719.661,34	7.505.952,27
Totais		2.788.290,93	4.719.661,34	7.507.952,27

4.2 Outras informações, conforme quadro abaixo discriminado.

Mapa Nota 4.2

Outras Informações

Descrição	Valor Período
Recebimentos provenientes de:	
Indeminizações seguros não vida	
Subsídios à exploração	6.357.930,35
Imposto sobre o rendimento	16.583,84
Multas e outras penalidades contratuais (dec. tribunal)	0,00
Pagamentos provenientes de:	
Imposto sobre o rendimento	26.221,00
Multas e outras penalidades contratuais (dec. tribunal)	102,00

4.3 Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Estão à guarda da ANI, S.A. fundos resultantes de recebimentos da parte reembolsável dos Incentivos atribuídos a Promotores no âmbito de candidaturas a medidas geridas pela ANI.S.A.

Em agosto de 2013, na sequência de parecer jurídico, foi decidido pelo Conselho de Administração em funções à data que parte desta verba poderia ser incluída em disponibilidades próprias na tesouraria da empresa.

O novo CA decidiu voltar a analisar o tema, tendo dado instruções para que a partir de 1 de outubro de 2014 essas verbas não fossem utilizadas para suprir necessidades de tesouraria, tendo ainda determinado a elaboração de uma proposta para a regularização dos saldos bancários durante o exercício de 2015.

Durante o exercício de 2015 foram repostos € 250.000,00 em disponibilidades não passíveis de uso no âmbito dos incentivos reembolsáveis de Promotores.

Durante o exercício de 2016 foram repostos os restantes € 3.032.297,31 em disponibilidades não passíveis de uso no âmbito dos incentivos reembolsáveis de Promotores.

5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1.Outras divulgações

Não existem alterações nas políticas e nas estimativas contabilísticas.

6 - Partes relacionadas

6.1 - Identificação das partes relacionadas

6.1.1.Entidades participantes

6.1.1.1.Participação no capital social da entidade, conforme quadro abaixo discriminado.

Mapa Nota 6.1.1.1. (NCRF 5)

Valores expressos em milhares

Entidades que participam diretamente no capital da entidade

NIF	503904040
Denominação	Fundação para a Ciência e Tecnologia
Sede (País)	PT
Part. direta capital (%)	50,000000%
Part. direta direitos voto (%)	50,000000%
Data início da participação	06-08-1993
Data de fim da participação	

NIF	501373357
Denominação	IAPMEI
Sede (País)	PT
Part. direta capital (%)	50,000000%
Part. direta direitos voto (%)	50,000000%
Data início da participação	06-08-1993
Data de fim da participação	

6.1.1.2. Entidades que participam diretamente no capital da entidade

No final do exercício de 2016 as entidades que participavam em partes iguais no capital da ANI, S.A. eram o IAPMEI-Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. e a FCT-Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

6.2 - Transações entre partes relacionadas.

6.2.1 Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

Relacionamento com o IAPMEI-Agência Para a Competitividade e Inovação, I.P., durante o exercício de 2016:

- foram efetuadas prestações de serviços no âmbito da participação do IAPMEI, I.P. nos encargos com o SIFIDE, de acordo com o Despacho Nº4488 de 29 de Março de 2012;
- foram adquiridos serviços no âmbito do aluguer à ANI, S.A. do espaço pertença do IAPMEI, I.P. em Lisboa. O contrato remonta ao ano de 2004 e tem vindo a ser revisto em função dos coeficientes de atualização e das necessidades da ANI, S.A..

Relacionamento com a FCT-Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, I.P., durante o exercício de 2016:

- não houve qualquer relacionamento comercial com esta entidade.

Existem outros relacionamentos com as entidades acima mencionadas, mas sempre no âmbito da acção da ANI, S.A. como Organismo intermédio na gestão dos Fundos Comunitários e outros Programas de Financiamento Europeu.

6.2.2 Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:

Mapa Nota 6.2.2. (NCRF 5)

Valores expressos em milhares

Transações com as partes relacionadas

Transações com as partes relacionadas		Período 2016			Período 2015		
		Prestações de Serviços	Aquisições de Serviços	Compras	Prestações de Serviços	Aquisições de serviços	Compras
Empresa-mãe	IAPMEI	38.795,00	228.393,71	0.000	34.375,00	228.937,41	0.000
	Subtotais	38.795,00	228.393,71	0.000	34.375,00	228.937,41	0.000
Totais		38.795,00	228.393,71	0.000	34.375,00	228.937,41	0.000

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas, respetivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas.

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas, respetivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas		Período 2016					
		Saldos pendentes em 31.12.2016				Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes	
		Clientes	Fornecedores	Acionista	Org. Intermédio	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do período
Empresa-mãe	IAPMEI	0.000	-19.679,67	301.149,56	0.000	0.000	0.000
	FCT	0.000	0.000	-2.414,53	-313.603,80	0.000	0.000
	Subtotais	0.000	-19.679,67	298.735,03	-313.603,80	0.000	0.000
Totais		0.000	-19.679,67	298.735,03	-313.603,80	0.000	0.000

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas, respetivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas		Período 2015					
		Saldos pendentes em 31.12.2015				Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes	
		Clientes	Fornecedores	Acionista	Org. Intermédio	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do período
Empresa-mãe	IAPMEI	0.000	-18.957,46	721.991,20	0.000	0.000	0.000
	FCT	0.000	0.000	169.435,40	-72.380,37	0.000	0.000
	Subtotais	0.000	-18.957,46	891.426,60	-72.380,37	0.000	0.000
Totais		0.000	-18.957,46	891.426,60	-72.380,37	0.000	0.000

7 - Ativos intangíveis

Mapa Nota 7.1 (NCRF 6)

Valores expressos em milhares

Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis		Goodwill	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Totais
Em 01.01.2015	Quantias brutas escrituradas	0.000	78.327,24	1.070.591,54	0.000	35.608,50	0.000	1.184.527,28
	Amortizações acumuladas	0.000	78.327,24	972.200,40	0.000	23.185,77	0.000	1.073.713,41
	Quantias líquidas escrituradas	0.000	0.000	98.391,14	0.000	12.422,73	0.000	110.813,87
Adições		0.000	0.000	2.284,61	0.000	0.000	0.000	0.000
Amortizações		0.000	0.000	-96.101,10	0.000	11.599,13	0.000	107.700,23
Em 31.12.2015 (01.01.2016)	Quantias brutas escrituradas	0.000	78.327,24	1.072.876,15	0.000	35.608,50	0.000	1.186.811,89
	Amortizações acumuladas	0.000	78.327,24	1.068.301,50	0.000	34.784,90	0.000	1.181.413,64
	Quantias líquidas escrituradas	0.000	0.000	4.574,65	0.000	823,60	0.000	5.398,25
Adições		0.000	0.000	28.461,83	0.000	0.000	0.000	28.461,83
Amortizações		0.000	0.000	8.154,58	0.000	823,60	0.000	8.978,18
Em 31.12.2016	Quantias brutas escrituradas	0.000	78.327,24	1.101.337,98	0.000	35.608,50	0.000	1.215.273,72
	Amortizações acumuladas	0.000	78.327,24	1.076.456,08	0.000	35.608,50	0.000	1.190.391,82
	Quantias líquidas escrituradas	0.000	0.000	24.881,90	0.000	0.000	0.000	24.881,90

8 - Ativos fixos tangíveis

8.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro abaixo discriminado.

8.2 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas:

O Imóvel incluído no quadro da Nota 8.1. situa-se no Porto, mais precisamente na Rua de Sagres Nº11.

No momento da transição do POC para SNC o referido imóvel foi revalorizado, utilizando-se a isenção prevista no nº10 b) da NCRF Nº3. Foi utilizada como base para aferir o Justo Valor, uma avaliação efetuada em 15 de janeiro de 2010 pela empresa "Value Thinking – Avaliação e Consultoria Imobiliária, Lda" que se encontra registada na CMVM como "perito avaliador de Imóveis de Fundos de Investimento Imobiliário". O valor de mercado do referido imóvel foi apurado pelo Método do Custo de Substituição Depreciado.

A 31-12-2012 foi promovida uma nova avaliação do imóvel acima referido efetuada pelos mesmos peritos, tendo-se assistido a uma desvalorização de € 167.991,82 sobre o valor líquido escriturado até à data da avaliação. A depreciação deste Ativo Fixo Tangível tem sido contabilizada pelo método do custo durante os exercícios de 2012 e 2013, sendo este também o método a utilizar futuramente.

A 31-12-2014 foi efetuada nova avaliação do imóvel, realizada novamente pela "Value Thinking", tendo sido verificada uma desvalorização de € 33.104,62 sobre o valor líquido escriturado até à data da avaliação. A respetiva depreciação tem sido contabilizada pelo método do custo durante os exercícios anteriores, sendo este também o método a utilizar futuramente.

A 31-12-2016 foi executada uma nova avaliação do referido imóvel, levada a cabo pela empresa "Value Thinking", tendo a peritagem resultado numa desvalorização de € 34.091,94 sobre o valor líquido escriturado até à data da avaliação. A depreciação deste Ativo Fixo Tangível tem sido contabilizada pelo método do custo durante os exercícios anteriores sendo este também o método a utilizar futuramente.

8.3 - Outras divulgações

No final do Exercício Económico de 2016 encontram-se em posse de Terceiros, Ativos Fixos Tangíveis no valor bruto de € 27.542,34, os quais se encontram totalmente amortizados.

Mapa Nota 8.1 (NCRF 7)

Valores expressos em euros

Ativos fixos tangíveis

Ativos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais (1)	Edifícios e outras construções	
			Terrenos (2)	Edifícios (3)
Em 01.01.2015	Quantias brutas escrituradas	0.000	248.676,00	358.146,82
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0.000	0.000	72.522,82
	Quantias líquidas escrituradas	0.000	248.676,00	285.624,00
Alienações, sinistros e abates		0.000	0.000	20.095,38
Depreciações		0.000	0.000	9.854,03
Perdas por imparidade		0.000	0.000	52.427,44
Em 31.12.2015 (01.01.2016)	Quantias brutas escrituradas	0.000	248.676,00	338.051,44
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0.000	0.000	62.281,47
	Quantias líquidas escrituradas	0.000	248.676,00	275.769,97
Revalorizações		0.000	-3.106,00	0.000
Depreciações		0.000	0.000	9.854,03
Perdas por imparidade		0.000	0.000	30.985,94
Em 31.12.2016	Quantias brutas escrituradas	0.000	245.570,00	338.051,44
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0.000	0.000	103.121,44
	Quantias líquidas escrituradas	0.000	245.570,00	234.930,00

Ativos fixos tangíveis		Equipamento básico (4)	Equipamento de transporte (5)	Equipamento administrativo (6)	Equipamentos biológicos (7)
Em 01.01.2015	Quantias brutas escrituradas	79.504,19	206.589,38	1.287.795,78	0.000
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	79.504,19	206.589,38	1.243.309,81	0.000
	Quantias líquidas escrituradas	0.000	0.000	44.485,97	0.000
Adições		0.000	0.000	9.353,53	0.000
Depreciações		0.000	0.000	28.172,93	0.000
Perdas por imparidade		0.000	0.000	0.000	0.000
Em 31.12.2015 (01.01.2016)	Quantias brutas escrituradas	79.504,19	206.589,38	1.297.149,31	0.000
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	79.504,19	206.589,38	1.271.482,74	0.000
	Quantias líquidas escrituradas	0.000	0.000	25.666,57	0.000
Adições		0.000	0.000	102.637,05	0.000
Depreciações		0.000	0.000	36.308,91	0.000
Em 31.12.2016	Quantias brutas escrituradas	79.504,19	206.589,38	1.399.786,36	0.000
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	79.504,19	206.589,38	1.307.791,65	0.000
	Quantias líquidas escrituradas	0.000	0.000	91.994,71	0.000

Ativos fixos tangíveis		Outros ativos fixos tangíveis (8)	Ativos fixos tangíveis em curso (9)	Totais (1+2+3+4+5+6+7+8+9)
Em 01.01.2015	Quantias brutas escrituradas	192.787,83	0.000	2.373.500,00
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	188.801,42	0.000	1.790.727,62
	Quantias líquidas escrituradas	3.986,41	0.000	582.772,38
Adições		1.679,90	0.000	11.033,43
Alienações, sinistros e abates		(100,00)	0.000	19.995,38
Outras alterações		0.000	0.000	0.000
Depreciações		3.823,60	0.000	41.850,56
Perdas por imparidade		0.000	0.000	52.427,44
Em 31.12.2015 (01.01.2016)	Quantias brutas escrituradas	194.367,73	0.000	2.364.338,05
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	192.525,02	0.000	1.812.382,80
	Quantias líquidas escrituradas	1.842,71	0.000	551.955,25
0. Adições		0.000	0.000	102.637,05
Revalorizações		0.000	0.000	-3.106,00
Depreciações		970,45	0.000	47.133,39
Perdas por imparidade		0.000	0.000	30.985,94
Em 31.12.2016	Quantias brutas escrituradas	194.367,73	0.000	2.463.869,10
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	193.495,47	0.000	1.890.502,13
	Quantias líquidas escrituradas	872,26	0.000	573.366,97

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos

Depreciações de ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Acumuladas em 01.01.2015	20.095,38	79.504,19	206.589,38	1.243.309,81	0.000	188.801,42	1.738.309,18
Reforços	10.241,35	0.000	0.000	28.172,93	0.000	3.723,60	42.137,88
Abates	20.095,38	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	20.095,38
Acumuladas em 31.12.2015 (01.01.2016)	9.854,03	79.504,19	206.589,38	1.271.482,74	0.000	192.525,02	1.759.964,36
Reforços	9.854,03	0.000	0.000	36.308,91	0.000	970,45	47.133,39
Acumuladas em 31.12.2016	19.708,06	79.504,19	206.589,38	1.307.791,65	0.000	193.495,47	1.807.088,75

Mapa Nota 8.2. (NCRF 7)

Valores expressos em euros

Excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis reconhecidos por quantias revalorizadas

Excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis reconhecidos por quantias revalorizadas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipam. básico	Equipam. transporte	Equip. administ.	Equipament. biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
		Terrenos	Edifícios						
Em 01.01.2015	0.000	0.000	127.084,62	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	127.084,62
Outras	0.000	0.000	819,90	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	819,90
Em 31.12.2015 (01.01.2016)	0.000	0.000	127.904,52	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	127.904,52
Outras	0.000	0.000	-2.422,68	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	-2.422,68
Em 31.12.2016	0.000	0.000	125.481,84	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	125.481,84

9 - Propriedades de investimento

9.1. Divulgações sobre propriedades de investimento ao custo, conforme quadro abaixo discriminado.

Mapa Nota 9.1. (NCRF 11)

Valores expressos em euros

Quantias escrituradas das propriedades de investimento mensuradas pelo modelo do custo - Ano 2016

Quantias escrituradas das propriedades de investimento mensuradas pelo modelo do custo		Período 2016				
		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Outras propriedades de investimento	Propriedades de investimento em curso	Totais
No começo do período	Quantias brutas escrituradas	284.300,00	852.900,00	0.000	0.000	1.137.200,00
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	0.000	29.425,05	0.000	0.000	29.425,05
	Quantias líquidas escrituradas	284.300,00	823.474,95	0.000	0.000,,	1.107.774,95
Depreciações		0.000	29.425,05	0.000	0.000	29.425,05
Alienações		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
Outras alterações		28.935,00	86.805,00	0.000	0.000	115.740,00
No fim do período	Quantias brutas escrituradas	313.235,00	939.705,00	0.000	0.000	1.252.940,00
	Quantias líquidas escrituradas	313.235,00	939.705,00	0.000	0.000	1.252.940,00

Mapa Nota 9.1. (cont.) (NCRF 11)

Valores expressos em euros

Quantias escrituradas das propriedades de investimento mensuradas pelo modelo do custo - Ano 2015

Quantias escrituradas das propriedades de investimento mensuradas pelo modelo do custo		Período 2015				
		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Outras propriedades de investimento	Propriedades de investimento em curso	Totais
No começo do período	Quantias brutas escrituradas	284.300,00	882.238,90	0.000	0.000	1.166.538,90
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	0.000	29.338,90	0.000	0.000	29.338,90
	Quantias líquidas escrituradas	284.300,00	852.900,00	0.000	0.000	1.137.200,00
Depreciações		0.000	29.425,05	0.000	0.000	29.425,05
No fim do período	Quantias brutas escrituradas	284.300,00	852.900,00	0.000	0.000	1.137.200,00
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	0.000	29.425,05	0.000	0.000	29.425,05
	Quantias líquidas escrituradas	284.300,00	823.474,95	0.000	0.000	1.107.774,95

A Propriedade de Investimento situa-se em Lisboa, na Avenida dos Combatentes nº10, Frações C e D e respetivos Parqueamentos.

A referida propriedade de Investimento, no momento da transição de POC para SNC foi revalorizada, utilizando-se a isenção prevista no nº 10 b) da NCRF nº3. Foi utilizada como base para aferir o Justo Valor uma avaliação efetuada em 15 de janeiro de 2010 elaborada pela empresa “Value Thinking - Avaliação e Consultoria Imobiliária, Lda” que se encontra registada na CMVM como “perito avaliador de Imóveis de Fundos de Investimento Imobiliário”.

O valor de mercado do referido imóvel foi apurado com base nas “Rendas de Mercado”.

A 31-12-2012 foi promovida uma nova avaliação da Propriedade de Investimento acima referida efetuada pelos mesmos peritos, tendo-se assistido a uma desvalorização de € 218.319,55 sobre o valor líquido escriturado até à data daquela avaliação

A 31-12-2014 foi efetuada pela "Value Thinking" uma nova avaliação da Propriedade de Investimento detida pela ANI, S.A., tendo-se verificado uma desvalorização de € 15.222,20 face ao valor líquido escriturado até à data desta avaliação.

A 31-12-2016 foi promovida pelos mesmos peritos uma nova avaliação da Propriedade de Investimento acima mencionada, tendo-se assistido a uma valorização de € 174.590,10 comparativamente ao valor líquido escriturado até à data da referida avaliação.

9.2. Informação adicional sobre propriedades de investimento, conforme quadro abaixo discriminado.

Mapa Nota 9.2. (NCRF 11)

Valores expressos em euros

Quantias reconhecidas nos resultados para rendimentos de rendas de propriedades de investimento e respetivos gastos operacionais diretos

Quantias reconhecidas nos resultados para rendimentos de rendas de propriedades de investimento e respetivos gastos operacionais diretos		Período 2016			Período 2015		
		Rendimentos de rendas	Gastos operacionais diretos	Diferenças	Rendimentos de rendas	Gastos operacionais diretos	Diferenças
Propriedades arrendadas	Av. Combatentes-Lisboa	100.870,44	2.855,66	98.014,78	100.857,00	2.692,35	98.164,65
	Totais	100.870,44	2.855,66	98.014,78	100.857,00	2.692,35	98.164,65

9.3. Outras divulgações

Não existem outras divulgações dignas de Nota, além das mencionadas anteriormente.

10 - Imparidade de ativos

10.1. - Movimento das perdas por imparidade, por classes de ativos, conforme quadro abaixo discriminado.

Mapa Nota 10.1. (NCRF 12)

Valores expressos em euros

Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período

Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período			Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Ativos intangíveis	Investimentos financeiros	Investimentos em curso
Período 2016	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	30.985,94	0.000	0.000	0.000	0.000
		Totais	30.985,94	0.000	0.000	0.000	0.000

Mapa Nota 10.1. (cont.) (NCRF 12)

Valores expressos em euros

Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período (cont.)

Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período			Inventários	Cientes	Outros devedores	Ativos não correntes detidos para venda	Totais
Período 2016	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	0.000	0.000	0.000	0.000	30.985,94
		Totais	0.000	0.000	0.000	0.000	30.985,94
Período 2015	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	0.000	5.477,50	0.000	0.000	5.477,50
		Totais	0.000	5.477,50	0.000	0.000	5.477,50

10.2. - Por cada perda material por imparidade reconhecida ou revertida durante o período para um ativo individual (incluindo goodwill), ou para uma unidade geradora de caixa:

A ANI, S.A. é proprietária de um edifício situado na Rua de sagres no Porto, conforme já foi mencionado em notas anteriores. O Valor Líquido escriturado do Edifício antes da avaliação promovida a 31-12-2014 era de € 290.978,62, tendo-lhe sido atribuído um valor de apenas € 285.624,00 após a referida partagem. O diferencial foi reconhecido como Perda por Imparidade em 2014.

Em 2016 foi reforçada no montante de € 30.985,94 a Perda por Imparidade tendo em conta a desvalorização no mesmo montante face ao Valor Líquido escriturado do edifício que se situava nos € 265.915,94 antes da avaliação do final de 2016.

11 - Rédito

11.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

Rédito é o influxo de benefícios económicos durante o período, proveniente do curso das atividades ordinárias de uma entidade quando esses influxos resultam em aumentos de capital próprio, que não sejam aumentos relacionados com contribuições de participantes no capital próprio.

O rédito foi mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável. É provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos de serviços prestados foram reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

11.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Mapa Nota 11.2. (NCRF 20)

Valores expressos em euros

Quantias dos réditos reconhecidas no período

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2016			Período 2015		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Prestação de serviços	38.795,00	100 %	+12,85 %	34.375,00	95,6 %	+14,4 %
Juros	0.000	0.000	-3,4 %	1.228,28	3,4 %	-15,3 %
Outros Réditos	0.000	0.000	-1,0 %	347,70	1,0 %	+0,9 %
Totais	38.795,00	100,0 %	+8,45%	35.950,98	100,0 %	0,00%

12 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

12.1 - Saldos à data do balanço e movimentos do período de cada classe de provisão

Conforme informação dos peritos consultados, não impendem sobre a ANI, S.A. processos que possam representar contingências para a empresa.

12.2 - Divulgações para cada classe de passivo contingente à data do balanço

Não existem quaisquer passivos contingentes à data do Balanço.

12.3 - Descrição da natureza dos ativos contingentes à data do balanço (probabilidade de um influxo de benefícios económicos) e estimativa do seu efeito financeiro. (Caso seja impraticável fazer esta divulgação, declarar esse facto)

Não existem quaisquer ativos contingentes à data do Balanço.

13 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

13.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

Os Subsídios do Governo são tratados de acordo com um esquema contabilístico próprio desde o exercício de 2006 até ao presente. A adoção deste esquema visou espelhar com mais clareza os fluxos existentes

de Projetos com Assistência Técnica (“projetos ANI”) e os fluxos dos Projetos de Promotores, ambos financiados com verbas do Orçamento de Estado.

Esta metodologia de contabilização está refletida na conta 278- “Outros Devedores e Credores”, que suporta todo o fluxo contabilístico desde o momento da celebração do contrato com a Entidade Financiadora até ao seu encerramento e respetivo apuramento de resultados.

13.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

Mapa Nota 13.2. (NCRF 22)

Valores expressos em euros

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período 2016				
			Demonstração dos resultados		Balanço		
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo	
						Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	AFT	0.000	37.279,36	102.637,05	0.000	0.000
		AI	0.000	8.978,18	28.461,83	0.000	0.000
		Subtotais	0.000	46.257,54	131.098,88	0.000	0.000
	Subsídios relacionados com resultados	Do Estado e Outros Entes Públicos	4.386.084,29	0.000	0.000	0.000	0.000
		Subtotais	4.386.084,29	0.000	0.000	0.000	0.000
	Totais		4.386.084,29	46.257,54	131.098,88	0.000	0.000

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período 2015				
			Demonstração dos resultados		Balanço		
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo	
						Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	...AFT	0.000	31.996,53	11.033,43	0.000	0.000
		...AI	0.000	107.700,23	2.284,61	0.000	0.000
		Subtotais	0.000	139.696,76	13.318,04	0.000	0.000
	Subsídios relacionados com resultados	Do Estado e Outros Entes Públicos	4.021.164,49	0.000	0.000	0.000	0.000
		Subtotais	4.021.164,49	0.000	0.000	0.000	0.000
	Totais		4.021.164,49	139.696,76	13.318,04	0.000	0.000

14 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio

14.1. Quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos capitais próprios e nos resultados (com exceção das resultantes de instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor através de resultados), conforme quadros abaixo discriminados.

Mapa Nota 14.1. (NCRF 23)

Valores expressos em euros

Quantias das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

Quantias das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados		Período 2016		
		Positivas	Negativas	Totais
Atividade operacional	Negativas	0.000	5,20	-5,20
	Positivas	32,65	0.000	32,65
	Subtotais	32,65	5,20	27,45
Totais		32,65	5,20	27,45

Quantias das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados		Período 2015		
		Positivas	Negativas	Totais
Atividade operacional	Negativas	0.000	4,14	-4,14
	Positivas	2,98	0.000	2,98
	Subtotais	2,98	4,14	1,16
Totais		2,98	4,14	1,16

14.2. Razão para o uso de uma moeda de apresentação diferente da moeda funcional

Não foi utilizada moeda de apresentação diferente da moeda funcional.

14.3. Razão para a alteração na moeda funcional (em relação quer à entidade que relata quer a uma unidade operacional estrangeira significativa)

Não houve alteração da moeda funcional.

15 - Acontecimentos após a data do balanço

15.1 — Autorização para emissão

As Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração da Agência Nacional de Inovação, S.A. a 31-03-2017.

15.2 — Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições

Não foram recebidas informações adicionais após a data do Balanço sobre condições que existiam à data do Balanço

15.3 — Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.

Não houve qualquer ajustamento proveniente de acontecimentos ocorridos após a data do Balanço.

16 - Impostos sobre o rendimento

16.1. Divulgação dos principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento, conforme quadro abaixo discriminado.

Mapa Nota 16.1. (NCRF 26)

Valores expressos em euros

Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	55.701,83	49.451,93
Imposto Corrente	15.205,40	9.901,11
Imposto diferido	21.416,24	(30.551,52)
Imposto sobre o rendimento do período	36.621,64	(20.650,41)
Tributações autónomas	15.205,40	7.518,14
Taxa efetiva de imposto	65,75	(41,76)

16.2 — Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados e em capitais próprios, conforme quadro abaixo discriminado.

Mapa Nota 16.2. (NCRF 26)

Valores expressos em euros

Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados e em capitais próprios, conforme quadro seguinte:

Descrição	Resultados	Capitais Próprios	Total	Resultados Per. Anterior	Capitais próprios Per. anterior	Total Período anterior
Imposto do Período	36.621,64			-20.650,41		-20.650,41
Imposto diferido	21.416,24			-30.551,52		-30.551,52
Imposto corrente	15.205,40			9.901,11		9.901,11

16.3 — Divulgações de diferenças temporárias, conforme quadro abaixo discriminado.

Mapa Nota 16.3. (NCRF 26)

Valores expressos em euros

Divulgações de diferenças temporárias, conforme quadro seguinte:

Descrição	Período	Período anterior
Perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis	83.413,38	52.427,44
Soma A	83.413,38	52.427,44
Revalorização de ativos	160.874,16	163.980,16
Subsídios relacionados com ativos	117.748,87	32.907,54
Soma B	278.623,03	196.887,70
Ativos por impostos diferidos (Soma A x taxa(s))	18.350,95	11.534,04
Passivos por impostos diferidos (Soma B x taxa(s))	61.297,08	43.315,30
Taxa de IRC Aplicável	21%	21%

16.4 — Outras divulgações relacionadas com impostos sobre o rendimento.

Não existem outras divulgações dignas de Nota, além das já mencionadas anteriormente.

16.5 — Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições, conforme quadro abaixo discriminado.

Mapa Nota 16.5. (NCRF 26)

Valores expressos em euros

Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Período 2016			Período 2015		
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Totais	Saldo Devedor	Saldo Credor	Totais
Imposto sobre o rendimento	26.257,47	15.205,40	11.052,07	26.521,42	9.901,11	16.620,31
Pagamentos especiais	1.000,00		1.000,00	1.000,00		1.000,00
Retenções efetuadas por terceiros	25.221,00		25.221,00	25.521,42		25.521,42
Imposto estimado		15.205,40	-15.205,40		9.901,11	-9.901,11
Retenção de impostos sobre rendimentos		46.586,00	-46.586,00		29.608,11	-29.608,11
Imposto sobre valor acrescentado (IVA)		879,71	-879,71		1.285,87	-1.285,87
Contribuições para a Segurança Social		69.927,96	-69.927,96		34.937,76	-34.937,76
Outras tributações		1.067,40	-1.067,40		196,80	-196,80
Total	26.257,47	133.666,47	-107.409,00	26.521,42	75.929,65	-49.408,23

17 - Instrumentos financeiros

17.1 — Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa, conforme quadro abaixo apresentado.

Mapa Nota 17.1. (NCRF 1)

Valores expressos em euros

Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa

Descrição	Valor Período	V. Período anterior
Em mora:	44.964,57	44.964,57
Há mais de vinte e quatro meses	44.964,57	44.964,57
Total	44.964,57	44.964,57

17.2 — Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro abaixo discriminado.

Mapa Nota 17.2. (NCRF 1)

Valores expressos em euros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadros seguintes:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros		31.12.2016		
		Quantias Brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros mensurados ao Custo	Clientes	45.717,82	44.964,57	753,25
	Outras Contas a Receber	3.746.151,87	0.000	3.746.151,87
	Subtotais	3.791.869,69	44.964,57	3.746.905,12
Totais		3.791.869,69	44.964,57	3.746.905,12
Passivos financeiros mensurados ao custo	Fornecedores	138.895,42	0.000	138.895,42
	Outras Contas a Pagar	10.509.171,71	0.000	10.509.171,71
	Subtotais	10.648.067,13	0.000	10.648.067,13
Totais		10.648.067,13	0.000	10.648.067,13

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros			31.12.2015		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros mensurados ao custo	Clientes	45.717,82	44.964,57	753,25
		Outras Contas a Receber	3.002.422,14	0.000	3.002.422,14
		Subtotais	3.048.139,96	44.964,57	3.003.175,39
	Totais		3.048.139,96	44.964,57	3.003.175,39
	Passivos financeiros mensurados ao custo	Fornecedores	153.549,24	0.000	153.549,24
		Outras Contas a Pagar	7.433.226,69	0.000	7.433.226,69
		Subtotais	7.586.775,93	0.000	7.586.775,93
	Totais		7.586.775,93	0.000	7.586.775,93

Bases de determinação do justo valor dos ativos financeiros e dos passivos financeiros mensurados ao justo valor		31.12.2016			31.12.2015		
		Bases de mensuração		Quantias escrituradas	Bases de mensuração		Quantias escrituradas
		Cotações de mercado	Técnicas de avaliação		Cotações de mercado	Técnicas de avaliação	
Ativos financeiros	Rendimentos e gastos de juros	0.000	0.000	0.000	1.228,28	0.000	1.228,28
	Totais	0.000	0.000	0.000	1.228,28	0.000	1.228,28

17.3 — Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Os rendimentos de Ativos Financeiros foram mensurados ao Justo Valor de acordo com o nº15 da NCRF nº27 – “Instrumentos Financeiros”.

17.4 — Divulgações para cada classe ativos financeiros transferidos para uma outra entidade em transações que não se qualificaram para desreconhecimento

Não houve transferência de ativos financeiros para outra entidade em transações que não se qualificaram para desreconhecimento.

17.5 — Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Não foram contraídos quaisquer empréstimos nem existe qualquer incumprimento relacionado com empréstimos.

17.6 — Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O capital social da Agência de Inovação, S.A. ascende a € 5.176.376,50, o qual se encontra totalmente subscrito e realizado.

17.7 — Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal.

O número de ações nominativas representativas do capital social ascende a 1.037.350, sendo o seu valor nominal de € 4,99.

17.8 — Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período. (Identificando separadamente cada tipo de alterações verificadas no período, incluindo novas emissões, exercício de opções, direitos e warrants, conversões de valores mobiliários convertíveis, transações com ações próprias, fusões ou cisões e emissões de bónus (aumentos de capital por incorporação de reservas) ou splits de ações).

O número de ações no início e no final de 2016 permaneceu inalterado.

17.9 — Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão

Não foi realizado qualquer aumento de capital durante o exercício de 2016.

17.10 — Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respetiva quantia acumulada à data do balanço.

Não foram emitidos quaisquer outros instrumentos de Capital Próprio durante o ano de 2016.

18 - Benefícios dos empregados

18.1 — Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas, conforme quadro abaixo discriminado.

Mapa Nota 18.1. (NCRF 28)

Valores expressos em euros

Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº Horas Trabalhadas	Nº Médio Pessoas Per. Anterior	Nº Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao Serviço da empresa	84,00	154.757,00	53,00	96.159,00
Pessoas ao Serviço da empresa por tipo horário	84,00	154.757,00	53,00	96.159,00
Tempo Completo	83,00	154.325,75	53,00	96.159,00
Tempo Parcial	1,00	431,25	0,00	0,00
Pessoas ao Serviço da Empresa por Sexo	84,00	154.757,00	53,00	96.159,00
Masculino	25,00	46.427,00	14,00	24.888,00
Feminino	59,00	108.330,00	39,00	71.271,00

18.2 — Benefícios dos empregados e encargos da entidade, conforme quadro abaixo discriminado.

Mapa Nota 18.2. (NCRF 28)

Valores expressos em euros

Outros benefícios dos empregados e encargos da entidade

Outros benefícios a longo prazo dos empregados	Período 2016				Período 2015			
	31.12.2016			Ganhos/ (perdas) atuariais	31.12.2015			Ganhos/ (perdas) atuariais
	Quantias das obrigações	Nível de cobertura das obrigações			Quantias das obrigações	Nível de cobertura das obrigações		
		Quantias reconhecidas	Em % das obrigações			Quantias reconhecidas	Em % das obrigações	
Gastos com o pessoal	3.229.999,39	0.000	0.000	0.000	1.865.848,65	0.000	0.000	0.000
Remunerações dos Órgãos Sociais	229.603,62	0.000	0.000	0.000	220.396,79	0.000	0.000	0.000
Remunerações do Pessoal	2.354.550,16	0.000	0.000	0.000	1.236.018,27	0.000	0.000	0.000
Indemnizações	0.000	0.000	0.000	0.000	49.731,74	0.000	0.000	0.000
Encargos sobre as remunerações	587.535,70	0.000	0.000	0.000	323.136,61	0.000	0.000	0.000
Seg. Ac. Trabalho e Doenças Profissionais	12.781,24	0.000	0.000	0.000	9.144,33	0.000	0.000	0.000
Outros gastos c/ pessoal dos quais:	45.528,67	0.000	0.000	0.000	27.420,91	0.000	0.000	0.000
- formação	1.569,80	0.000	0.000	0.000	4.015,00	0.000	0.000	0.000
Totais	3.229.999,39	0.000	0.000	0.000	1.865.848,65	0.000	0.000	0.000

18.3 — Benefícios pós-emprego

A Agência Nacional de Inovação, S.A. não tem nem criou quaisquer “Benefícios Pós-Emprego” aos seus colaboradores.

18.4 — Outros benefícios a longo prazo de empregados

Não existem benefícios a longo prazo para os empregados da Agência Nacional de Inovação, S.A

18.5 — Benefícios de cessação de emprego

Não existem atualmente quaisquer benefícios aquando da cessação dos contratos de trabalho.

18.6 — Outras divulgações

Não existem outras divulgações dignas de Nota para além das mencionadas anteriormente.

19 - Divulgações exigidas por diplomas legais

19.1. - Informação por atividade económica

Mapa Nota 19.1.

Valores expressos em euros

Informação por atividade económica

Descrição	Período 2016		Período 2015	
	Atividade CAE 1	Totais	Atividade CAE n.º 70220	Totais
Prestações de Serviços	38.795,00	38.795,00	34.375,00	34.375,00
FSE	1.303.561,41	1.303.561,41	2.202.420,19	2.202.420,19
Nº Médio de pessoas ao serviço	84	84	53	53
Gastos com o pessoal	3.229.999,39	3.229.999,39	1.865.848,65	1.865.848,65
Remunerações	2.584.153,78	2.584.153,78	1.456.415,06	1.456.415,06
Outros Gastos	158.808,84	158.808,84	197.043,05	197.043,05
AFT - Valor líquido final	573.366,97	573.366,97	551.955,25	551.955,25
AFT- Total das Aquisições	102.637,05	102.637,05	11.033,43	11.033,43
Valor líquido final	1.252.940,00	1.252.940,00	1.107.774,95	1.107.774,95

19.2. - Informação por mercado geográfico

Mapa Nota 19.2.

Valores expressos em euros

Informação por mercado geográfico

Descrição	Período 2016				Período 2015			
	Mercado Interno	Comunitário	Extracomunitário	Total	Mercado Interno	Comunitário	Extracomunitário	Totais
Vendas								
Prestações de Serviços	38.795,00			38.795,00	34.375,00			34.375,00
FSE	1.290.495,92	9.032,55	4.032,94	1.303.561,41	2.195.041,74	4.795,24	2.583,21	2.202.420,19
Aquisições Ativo Fixo Tangível	102.637,05			102.637,05	11.033,43			11.033,43
Aquisições Ativo Intangível	28.461,83			28.461,83	2.284,61			2.284,61

19.3. - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regularização de dívidas.

- Prémios sobre os resultados com base em ações

A Entidade não distribuiu qualquer prémio sobre os resultados com base em ações.

- Ações próprias

A Entidade não detém ações próprias, nem efetuou quaisquer transações com ações próprias durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

20 - Outras informações

20.1 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos, conforme quadro abaixo apresentado.

Mapa Nota 20.1.

Descriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período (2016)	Valor do Período (2015)
Serviços Especializados	736.228,16	1.722.997,76
Trabalhos Especializados	494.732,05	1.291.473,92
Publicidade e Propaganda	38.802,07	0,00
Vigilância e Segurança	28.769,41	45.778,82
Honorários	123.438,15	324.834,16
Comissões	168,54	233,42
Conservação e reparação	22.483,73	11.752,73
Serviços bancários e financeiros	610,03	624,06
Outros	27.224,18	48.299,15
Materiais	32.722,66	22.677,66
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.135,18	356,23
Livros e documentação técnica	516,44	0,00
Material de escritório	29.389,31	21.886,86
Artigos para oferta	1.668,73	100,00
Outros	13,00	334,57
Energia e fluidos	22.180,26	24.362,05
Electricidade	8.701,68	8.273,14
Combustíveis	11.847,45	15.033,42
Água	1.631,13	1.055,49
Deslocações, estadas e transportes	133.680,46	79.197,66
Deslocações e estadas	128.278,96	72.968,36
Outros	5.401,50	6.229,30
Serviços diversos	378.749,87	353.185,06
Rendas e alugueres	250.221,31	228.902,86
Comunicação	56.880,54	49.748,73
Seguros	5.015,09	3.807,98
Contencioso e notariado	245,20	120,00
Despesas de representação	484,60	378,14
Limpeza, higiene e conforto	48.430,66	44.669,58
Outros serviços	17.472,47	25.557,77
Total	1.303.561,41	2.202.420,19

20.2 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Não existem outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreender a posição financeira e os resultados para além das já mencionadas anteriormente.

Parecer do Fiscal Único



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados Oficiais de Contas, Lda.

RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Acionistas

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhamos, durante o ano de 2016, a atividade da empresa Agência Nacional de Inovação, S.A. examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Na qualidade de Fiscal Único, cumpre-nos apresentar o Relatório e formular o Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respetivo Anexo, bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração Agência Nacional de Inovação, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Procedemos à leitura e análise das atas do Conselho de Administração, bem como à verificação de outros elementos que julgámos apropriados nas circunstâncias, incluindo a documentação contabilística de suporte às operações, numa base de teste, de forma a dar cumprimento às funções que nos foram cometidas.

O Conselho de Administração e os diversos serviços da empresa prestaram-nos com prontidão todos os esclarecimentos e informações que solicitámos.

No âmbito do processo de apreciação das contas do exercício, analisámos o conteúdo do Relatório de Gestão, da responsabilidade do Conselho de Administração, concluindo que o mesmo aborda de forma adequada a atividade da empresa no exercício de 2016, bem como as perspetivas de desenvolvimento estratégico e da atividade futuras, satisfazendo os requisitos legalmente exigidos.

Do conteúdo do Relatório de Gestão salienta-se a caracterização detalhada da atividade desenvolvida, quer em termos quantitativos, quer no que se refere ao respetivo impacto económico e financeiro.

Os documentos de prestação de contas integram ainda um Relatório Autónomo de Boas Práticas de Governo Societário Relatório que contempla a informação sobre o Governo da Sociedade, em cumprimento do estabelecido no nº 1 do artigo 54º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, detalhando de forma suficiente os diversos assuntos relacionados com as boas práticas de governo societário, respeitando a estrutura definida pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, no seu ofício circular nº 714 (EPE), de 12 de fevereiro de 2016.

O.R.O.C. Inscrição nº 115 ■ Registada na C.M.U.M. nº 8936 ■ Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa ■ nipc 503188 220

Sede:
Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:
Rua Manuel Jacinto - lote 31, R/C
Ap. 155 - Bairro do Salvador - Sítio da Nazaré, 2450 - 071 Nazaré
Tel/Fax: 262 382 991

ABC, Azevedo Rodrigues, Batalha, Costa & Associados, SROC, Lda. é membro do ABC & Associados - SROC, ACE.





Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, Lda. Oficiais de Contas, Lda.

Verificámos ainda a conformidade da informação contida no Relatório de Gestão com a informação constante dos demais Documentos de Prestação de Contas apresentados pelo Conselho de Administração.

Os critérios de valorimetria adotados no exercício, e descritos no Anexo estão em conformidade com os normativos contabilísticos aplicáveis em Portugal à empresa, tendo sido aplicados de forma consistente com o período anterior.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, e de acordo com as disposições constantes nos artigos 413º e 420º do Código das Sociedades Comerciais, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas, que não inclui qualquer qualificação.

Face ao trabalho desenvolvido, entendemos que os documentos de prestação de contas referidos, quando lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma boa compreensão da situação financeira da Agência Nacional de Inovação, S.A., em 31 de dezembro de 2016, bem como o resultado das suas operações do período findo naquela data.

A Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração, está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, pelo que reúne as condições necessárias para a sua aprovação.

PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Matérias relacionadas com as contas

Face ao trabalho desenvolvido, de acordo com o exposto, somos de parecer que os acionistas da Agência Nacional de Inovação, S.A.:

- a) Aprovelem o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2016, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aprovelem a Proposta expressa pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão, relativa à seguinte aplicação dos resultados (lucro) de 19.080,19 €:
 - i) Reforço da Reserva Legal no valor de 954,01 euros;
 - ii) Transferência do valor remanescente de 18.126,18 euros para a conta "Resultados Transitados".
- c) Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados Oficiais de Contas, Lda.

2. Outras matérias

De acordo com o trabalho que desenvolvemos, no âmbito das competências e atribuições cometidas ao Fiscal Único e em resposta a diversas determinações formuladas por entidades representativas do detentor da capital estatutário, expressamos ainda as seguintes opiniões:

- a) No âmbito do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, atento o solicitado expressamente pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, confirmamos, tanto quanto é do nosso conhecimento, que a Agência Nacional de Inovação, S.A., deu cumprimento à execução das obrigações legais relacionadas com a manutenção das reduções remuneratórias vigentes em 2016.
- b) Nos termos do nº 2 do art.º 54º do decreto-lei nº 133/2013, de 3 de outubro, expressamos ainda a nossa concordância com a informação constante do Relatório Autónomo de Boas Práticas de Governo Societário, elaborado pelo Conselho de Administração e que constitui parte integrante do conjunto dos documentos de prestação de contas, entendendo que o mesmo dá cumprimento ao exigido no capítulo II daquele diploma legal.
- c) Relativamente às demais orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado importa destacar o bom nível de cumprimento das orientações legais aplicáveis e cumpriu com os deveres de informação, tendo efetuado os reportes obrigatórios às várias entidades.
- d) Não foi integralmente assegurado o respeito pelo princípio da unidade de tesouraria do Estado, situação apresentada no Relatório Autónomo de Boas Práticas de Governo Societário, tendo o Conselho de Administração justificado que, em razão de algumas limitações de ordem técnica apresentadas no funcionamento da plataforma de "online banking se entendeu, por razões de precaução, manter junto da banca comercial uma quantia não superior a 5% do total das disponibilidades da empresa.

Lisboa, 1 de abril de 2017

O FISCAL ÚNICO

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.U.M. sob o nº 20161434

representada pelo sócio

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues

ROC nº 681

O.R.O.C. Inscrição nº 115 ■ Registada na C.M.U.M. nº 8936 ■ Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa ■ nipc 503188 220

Sede:
Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:
Rua Manuel Jacinto - lote 31, R/C
Ap. 155 - Bairro do Salvador - Sítio da Nazaré, 2450 - 071 Nazaré
Tel/Fax: 262 382 991

Certificação Legal das Contas



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, Oficiais de Contas, Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Agência Nacional de Inovação, S.A.** (a Entidade), que compreendem o Balanço, (que evidencia um total de balanço de **€15.450.876,86 (quinze milhões, quatrocentos e cinquenta mil, oitocentos e setenta e seis euros e oitenta e seis cêntimos)** e um total de capital próprio de **€4.601.440,09 (quatro milhões, seiscentos e um mil, quatrocentos e quarenta euros e nove cêntimos)**, incluindo um resultado líquido de **€ 19.080,19 (dezanove mil, oitenta euros e dezanove cêntimos)**, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Agência Nacional de Inovação, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O conselho de administração é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

D.R.O.C. Inscrição nº 115 ■ Registada na C.M.V.M. nº 8936 ■ Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa ■ nipc 503188 220

Sede:
Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:
Rua Manuel Jacinto - lote 31, R/C
Ap. 155 - Bairro do Salvador - Sítio da Nazaré, 2450 - 071 Nazaré
Tel/Fax: 262 382 991





Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, Oficiais de Contas, Lda.

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

O.R.O.C. Inscrição nº 115 ■ Registada na C.M.V.M. nº 8936 ■ Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa ■ n.º 503188 220

Sede:
Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:
Rua Manuel Jacinto - lote 31, R/C
Ap. 155 - Bairro do Salvador - Sítio da Nazaré, 2450 - 071 Nazaré
Tel/Fax: 262 382 991

ABC, Azevedo Rodrigues, Batalha, Costa & Associados, SRO, Lda. é membro do ABC & Associados - SRO, A.C.





Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados Oficiais de Contas, Lda.

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 1 de abril de 2017

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.V.M. sob o número 20161434

representada pelo sócio
José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC n.º 681

